

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Ditmar Adalberto Strahl

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS COOPERADOS
DE UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL -
BRASIL**

**Santa Maria, RS
2019**

Ditmar Adalberto Strahl

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS COOPERADOS DE UMA
COOPERATIVA AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lucia Rejane da Rosa Gama Madruga

**Santa Maria, RS
2019**

Strahl, Ditmar Adalberto
SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS COOPERADOS
DE UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL -BRASIL
/ Ditmar Adalberto Strahl.- 2019.
77 p.; 30 cm

Orientador: Lucia Rejane da Rosa Gama Madruga
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Administração, RS, 2019

1. Sustentabilidade social 2. Cooperativismo 3.
Desenvolvimento Sustentável I. da Rosa Gama Madruga,
Lucia Rejane II. Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da usm. dados fornecidos pelo
autor(a). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca
central. bibliotecária responsável paula schoenfeldt ratta cxa 10/1728.

Ditmar Adalberto Strahl

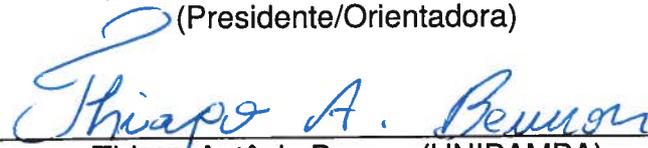
**SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS COOPERADOS DE UMA
COOPERATIVA AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração.**

Aprovado em 15 de fevereiro de 2019:



Lucia Rejane da Rosa Gama Madruga, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Thiago Antônio Beuron (UNIPAMPA)
(Avaliador Externo)



Lucas Veiga Avila, Dr. (UFSM)
(Avaliador interno)

Santa Maria, RS
2019

RESUMO

SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS COOPERADOS DE UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

AUTOR: Ditmar Adalberto Strahl

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Lucia Rejane da Rosa Gama Madruga

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a sustentabilidade social em uma Cooperativa Agrícola Mista do Rio Grande do Sul – Brasil na percepção dos cooperados. Tendo como objetivos específicos: Analisar os princípios cooperativos na percepção de cooperados; analisar a sustentabilidade social na percepção dos cooperados; relacionar os princípios cooperativos e a sustentabilidade social na cooperativa. O referencial teórico concentra-se na Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade Social e Princípios Cooperativos. Quanto ao método, classifica-se como um estudo de caso com abordagem quantitativa. Como principais resultados, pode-se destacar ações de sustentabilidade social da COOPERATIVA Y junto aos seus associados, cooperados e comunidade, bem como investimentos em projetos e práticas para redução de resíduos e incentivo a reciclagem. Ainda, o grau de sustentabilidade da cooperativa está muito vinculado à dimensão econômica, fato relativamente normal no meio empresarial, tendo em vista que a sobrevivência no mercado é sua primeira condição de existência. A relação entre os princípios cooperativos com a sustentabilidade social é significativa, em virtude de esses princípios estarem diretamente ligados ao comportamento e atitudes das partes envolvidas.

Palavras-chave: Sustentabilidade social. Cooperativismo. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

SOCIAL SUSTAINABILITY: THE PERCEPTION OF THE COOPERATES OF AN AGRICULTURAL COOPERATIVE OF RIO GRANDE DO SUL – BRAZIL

AUTHOR: Ditmar Adalberto Strahl

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Lucia Rejane da Rosa Gama Madruga

The present study has as general objective to analyze the social sustainability in a Mixed Agricultural Cooperative of Rio Grande do Sul - Brazil in the perception of the cooperative. Having as specific objectives: To analyze the cooperative principles in the perception of cooperative; analyze social sustainability in the perception of the cooperative; cooperative principles and social sustainability in the cooperative. The theoretical framework focuses on Sustainability, Sustainable Development, Social Sustainability and Cooperative Principles. As for the method, it is classified as a case study with a quantitative approach. As main results, we can highlight actions of social sustainability of COOPERATIVA Y with its associates, cooperatives and community, as well as investments in projects and practices to reduce waste and encourage recycling. Still, the degree of sustainability of the cooperative is very much linked to the economic dimension, a relatively normal fact in the business environment, considering that survival in the market is its first condition of existence. The relationship between cooperative principles and social sustainability is significant, because these principles are directly linked to the behavior and attitudes of the parties involved.

Keywords: Social sustainability. Cooperativism. Sustainable development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Sexo.....	34
Gráfico 02 – Faixa etária	34
Gráfico 03 – Renda mensal.....	35
Gráfico 04 – Participação nas ações da cooperativa	36
Gráfico 05 – Participação nas ações da cooperativa	37
Gráfico 06 – Relação da cooperativa com associados.....	38
Gráfico 07 – Relação da cooperativa com fornecedores.....	39
Gráfico 08 – Escolaridade	46
Gráfico 09 – Ações da cooperativa com relação a comunidade.....	49
Gráfico 10 – Ações da cooperativa com relação ao meio ambiente.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Adesão voluntária e livre	41
Tabela 02 – Gestão democrática	42
Tabela 03 – Participação econômica dos membros	43
Tabela 04 – Autonomia e Independência	44
Tabela 05 – Educação, formação e informação	45
Tabela 06 – Intercooperação.....	47
Tabela 07 – Interesse pela comunidade	49
Tabela 08 – Relação entre idade e sexo.....	57
Tabela 09 – Relação entre estado civil e sexo	57
Tabela 10 – Relação entre escolaridade e sexo	58
Tabela 11 – Relação entre classe social e sexo	59
Tabela 12 – Relação da Cooperativa com os associados e sexo	59
Tabela 13 – Correlação entre os construtos do instrumento	59

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1 OBJETIVO GERAL.....	10
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.3 JUSTIFICATIVA	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	13
2.2 SUSTENTABILIDADE SOCIAL: CONCEITOS E ABORDAGENS	16
2.3 COOPERTIVISMO	20
2.3.3 Princípios cooperativos	22
3. METODOLOGIA	26
3.1OBJETO DA PESQUISA.....	26
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA E COLETA DE DADOS.....	27
3.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA.....	27
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	30
4. RESULTADOS.....	31
4.1 A COOPERATIVA COOPERATIVA Y E SUAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL.....	31
4.2 A PERCEPÇÃO DOS COOPERADOS ENTREVISTADOS.....	33
4.2.1 Perfil dos entrevistados	33
4.2.2 A percepção quanto aos princípios cooperativos.....	40
4.2.3 A percepção dos cooperados quanto a sustentabilidade social	48
4.2.4 A relação entre os princípios cooperativos e a sustentabilidade social...53	
4.3 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
APÊNDICE A	72

1. INTRODUÇÃO

Cooperativismo e sustentabilidade são temas que vem sendo trabalhados e discutidos no âmbito organizacional especialmente no que tange às ações que impactam a sociedade e suas demandas sociais. Percebe-se que há um crescimento exponencial de estudos relacionados ao tema sustentabilidade e o crescimento de movimentos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos do Milênio, ambos da ONU, cuja aceitação é rápida devido à urgência por práticas que não agridam ao meio ambiente e tragam sustentabilidade também nos âmbitos social e econômico (ALLEN, METTERNICHT e WIEDMANN, 2016; CAMPBELL, 2017; SACHS, 2012).

O surgimento do conceito de Sustentabilidade está interligado ao de Desenvolvimento Sustentável, que emergiu de um contexto de preocupações com os impactos da produção e ações humanas no meio ambiente, a escassez de recursos naturais e o futuro no mundo, expressado em documentos, como o conhecido relatório emitido pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987).

Vários questionamentos derivaram da definição proposta. Por exemplo, a agricultura tornou-se um processo mundialmente reconhecido, passando por um processo de modernização, trazendo melhorias na qualidade de vida das pessoas que residem no campo e também influenciando no comportamento de compra dos consumidores urbanos. Mas esta modernidade em muitos casos significou a concentração de recursos sejam eles naturais, como a terra, e/ou econômicos, deixando assim, uma parcela significativa de agricultores desprovidos de recursos que pudessem viabilizá-los.

As cooperativas, por seu turno, transformaram-se em alternativas de fortalecimento para o Sistema Financeiro Brasileiro, e desta forma, proporcionando aos seus cooperados serviços financeiros a um custo mais acessível, trabalhando a favor da comunidade e de seus cooperados, promovendo ações que auxiliem para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de suas localidades (MEINEN; PORT, 2012).

O comprometimento com o desenvolvimento social tem sido denominado de sustentabilidade social. Se os interessados em uma organização praticarem o discurso, normalmente considerado o mais adequado, de que a sustentabilidade social é produto da organização, os mesmos colherão bons resultados, desde o aumento da produtividade, da lucratividade assim como a existência de funcionários mais responsáveis sustentavelmente (SEVERO; DELGADO e PEDROZO, 2006).

Ainda que haja dificuldades em uma definição única e não viesada, o mercado encontrou meios de sinalizar práticas de sustentabilidade empresarial, vinculando a Sustentabilidade ao Cooperativismo. Assim, um importante fator que leva as empresas a terem iniciativas voluntárias de Sustentabilidade é o valor intangível criado por tais ações, como acesso a novos conhecimentos, inovação, e ganhos de reputação (ORSATO et al., 2015).

Nesse contexto, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a percepção de clientes cooperados de uma Cooperativa Agrícola Mista do Rio Grande do Sul – Brasil quanto à sustentabilidade social?

O campo estudado está vinculado com a história pessoal e profissional do pesquisador, portanto, a presente pesquisa demonstra o interesse em contribuir no desenvolvimento econômico, social e ambiental da cooperativa, bem como buscar melhorias para a sustentabilidade da instituição e de seus cooperados.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a sustentabilidade social em uma Cooperativa Agrícola Mista do Rio Grande do Sul – Brasil na percepção de clientes cooperados.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os princípios cooperativos na percepção de cooperados;
- Analisar a sustentabilidade social na percepção dos cooperados;
- Relacionar os princípios cooperativos e a sustentabilidade social na Cooperativa.

1.3 JUSTIFICATIVA

O estudo se justifica dado o importante papel exercido pelas cooperativas no contexto social assim como pela crescente importância atribuída à sustentabilidade especialmente no que se refere à dimensão social.

Compreender como uma Cooperativa de grande porte do Sul do país insere-se no contexto da Sustentabilidade Social torna-se relevante em um Programa de Pós-Graduação em Administração uma vez que acrescenta informações em um campo do conhecimento que possui grande potencial para ser explorado academicamente.

A pesquisa com foco em uma organização Cooperativa, que atua com pequenos agricultores, em sua maioria imigrantes Italianos e Alemães de uma pequena região do Estado do RS, poderá representar avanço na perspectiva do desenvolvimento local, uma vez que trará melhores condições para que se compreenda como se dá a representatividade social de uma organização de natureza cooperativa. Populações concentradas em pequenas comunidades onde se instala uma grande organização dessa natureza, passam a ter relativa dependência de suas operações e além disso, as pessoas que vivem nessas comunidades, possuem altos índices de capital social, o que potencializa a importância para o envolvimento dos clientes cooperados neste estudo.

Do ponto de vista acadêmico é importante o destaque dado ao tema da sustentabilidade social, uma vez que ainda se apresenta como um conceito em construção que precisa ser analisado sob diferentes enfoques a caminho de sua consolidação conceitual. Justifica-se a importância da realização deste estudo, como forma de disseminar o conceito de princípios cooperativos e sustentabilidade social, e, ao mesmo tempo, instigar outros pesquisadores acerca do tema, principalmente por ser um assunto ainda com grande potencial para ser explorado em termos conceituais.

A aproximação entre o contexto de experiência dos pequenos produtores rurais, com a sua organização em cooperativas agrícolas e o tema da

sustentabilidade social representa importante contribuição para o campo da administração ao explorar a potencialidade desses empreendimentos e sua potencialidade para trazer desenvolvimento econômica e social para determinada região. As cooperativas trazem ainda a possibilidade de se observar como pequenos produtores individuais ao se aproximarem para construir esse tipo de empreendimento coletivo conseguem obter ganhos sociais importantes.

As Cooperativas podem se diferenciar umas das outras, obtendo, com isso, vantagem competitiva. De acordo com Melo Neto e Froes (1999), os principais benefícios oriundos das ações de sustentabilidade social podem ser classificados da como: ganhos na imagem corporativa; popularidade de seus dirigentes, que aparecem como verdadeiros líderes empresariais com destacado senso de cidadania; mais apoio, motivação, lealdade, confiança, e desempenho dos seus funcionários e parceiros; melhor relacionamento com o governo; maior disposição dos fornecedores, distribuidores e representantes na realização de parcerias com a organização; maiores vantagens competitivas (marca conhecida e mais forte); mais fidelidade dos clientes atuais e melhores chances de conquistar novos clientes; maior envolvimento dos associados e da comunidade.

Para Nascimento (2000), a maioria dos problemas enfrentados pelas cooperativas, inclusive financeiros e gerenciais, pode ser resolvida com a maior participação de todos os envolvidos, e isto passa pelo grau de aderência por parte dos associados aos princípios e valores das cooperativas. Na ideia de Pinheiro (2008), apesar do potencial de crescimento do segmento no Brasil e da importância que esse vem adquirindo, ainda é grande o desconhecimento sobre as políticas cooperativistas por parte do público em geral.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, considerando esta introdução. O segundo capítulo é constituído pelo referencial teórico. O terceiro apresenta a metodologia. O quarto é constituído pela apresentação e análise dos resultados. O quinto capítulo apresenta as considerações finais. Por fim, têm-se as referências e os apêndices.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, estão apresentados os conceitos e abordagens sobre Sustentabilidade Social e Cooperativismo, os quais embasaram teoricamente esta pesquisa.

2.1 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade recebe atenção de estudiosos do mundo todo, por meio do desenvolvimento de pesquisas e novas abordagens teóricas que incluem diversos temas referentes a estratégias de produção mais limpa, controle da poluição, ecoeficiência, gestão ambiental, responsabilidade social, ecologia industrial, investimentos éticos, economia verde, *eco design*, reuso, consumo sustentável, resíduos zero (GLAVI; LUKMAN, 2007).

Os conceitos de sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável (DS) ainda carecem de esclarecimentos conceituais (DOVERS; HANDMER, 1992), e em muitos casos, são tratados como sinônimos. Apesar de persistirem discussões acerca deste contexto, esta pesquisa não tem a pretensão de explorar tais considerações, cercando-se de um dado conceito de sustentabilidade e reconhecendo a existência de uma variedade de pesquisas sobre o assunto que buscam compreender a sustentabilidade como processo ou objetivo final.

Sustentabilidade é a capacidade de um sistema humano, natural ou misto resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado, e o DS é uma via de mudança intencional e melhoria que mantém ou aumenta esse atributo do sistema, ao responder as necessidades da população presente (DOVERS e HANDMER, 1992). Numa primeira visão, o DS, é o caminho para se alcançar a sustentabilidade, isto é, a sustentabilidade é o objetivo final, de longo prazo (LATRÔNICO E CAMPOS, 2014).

Para Latrônico e Campos (2014) o termo sustentabilidade é utilizado, mas pouco explicado. É de natureza conceitual, mal compreendido (EKINS *et al.*, 2003).

Trata-se de um acessório de moda (HASNA,2010) ou um senso comum (MOLDAN *et al.*, 2012). Há inconsistente interpretação e aplicação, alto grau de ambiguidade do conceito, incluindo uma percepção de incompletos problemas de pobreza, degradação ambiental e o papel do crescimento econômico (LÉLÉ, 1991; MORI; CHRISTODOULOU, 2012; SLIMANE, 2012). E a situação não tem melhorado até então, continua sendo um *slogan* popular e brilhante (SLIMANE, 2012).

O foco desta pesquisa está na dimensão social do conceito de sustentabilidade. O interesse pela incorporação da dimensão social à problemática da sustentabilidade surgiu na década de 1990, em função da persistência do desemprego e da marginalização, mesmo em economias prósperas (WOOLCOCK, 2001).

Tal tendência foi claramente percebida nas negociações da Conferência de 2002 em Johannesburg (“Rio+10”), a partir do que três dimensões passaram a ser consideradas básicas para as definições de Desenvolvimento Sustentável (DS) emitidas por entidades como a OECD (2001) e a União Européia (*Comission of European Communities*, 2001): a ambiental, a econômica e a social.

A sustentabilidade para Elkington (1994) é o equilíbrio entre esses três pilares: ambiental, econômico e social. O conceito que foi amplamente divulgado, denominado de Tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line - TBL*), ganhou destaque devido ao fato de criar um modelo que balizaria as discussões sobre o tema, tornando o assunto mais atrativo para as organizações que ainda não haviam se sensibilizado. Desde então, muitas organizações passaram a comunicar seus desempenhos econômico, ambiental e social e suas inter-relações, baseadas neste conceito (ISENMANN; BEY; WELTER, 2007). Deste modo, torna-se corrente que a compreensão da sustentabilidade se alicerça em três dimensões: a ambiental, a econômica, a social (CHAN e LEE, 2006).

Ayres (2008) afirma que a sustentabilidade é um conceito normativo sobre a maneira como os seres humanos devem agir em relação à natureza, e como eles são responsáveis para com o outro e as futuras gerações. Portanto, observa-se que a sustentabilidade é condizente ao crescimento econômico baseado na justiça social e eficiência no uso de recursos naturais (LOZANO,2012).

A perspectiva de que as empresas devem contribuir de forma progressiva com a sustentabilidade surge do reconhecimento de que os negócios precisam de mercados estáveis, e que devem possuir habilidades tecnológicas, financeiras e de

gerenciamento necessário para possibilitar a transição rumo ao desenvolvimento sustentável (ELKINGTON, 2001).

O que se encontra, na prática da gestão empresarial, é uma diversidade de instrumentos de gestão, muitos dos quais de grande qualidade, porém que não demonstram a capacidade de executar tal interação entre a sustentabilidade e a estratégia de negócios na qual a empresa está inserida (BAUMGARTEN, 2002).

Diversas vezes, a sustentabilidade é vista em dois níveis diferentes: sustentabilidade fraca ou sustentabilidade forte. A sustentabilidade fraca pode ser compreendida como a extensão do bem-estar econômico (NEUMAYER, 2003), portanto, o capital econômico produzido pelas gerações atuais poderá compensar as perdas de capital natural para as gerações futuras (FIORINO, 2011). Assim, na sustentabilidade fraca é exigido que o valor do capital natural seja preservado, por exemplo, no caso dos recursos não-renováveis, a extração passe a ser compensada por um investimento em recursos renováveis substitutos de valor equivalente (por exemplo, parques eólicos para substituir os combustíveis fósseis na geração de energia elétrica) (NEUMAYER, 2003).

Em contraponto, a sustentabilidade forte é um paradigma da não substituição, no qual existem sistemas naturais que não podem ser corroídos ou destruídos sem comprometer os interesses as gerações futuras (FIORINO, 2011). Portanto, na sustentabilidade forte é exigido que um subconjunto do capital natural total seja preservado em termos físicos, de modo que suas funções permaneçam intactas.

Se a existência da sustentabilidade depende dessa relação socioeconômica e ambiental, a mesma pode ser vista como um grande sujeito e abordada de diferentes maneiras. Sachs (2002), por exemplo, utilizou oito tipos de sustentabilidade (social, econômica, ecológica, espacial, territorial, cultural, política nacional e política internacional) para apresentar as dimensões do que denomina ecodesenvolvimento.

Garcés et al. (2003) relacionaram a sustentabilidade social ao princípio da universalidade, estendendo o princípio do bem-estar para o campo das relações entre gerações. Embora o conceito de sustentabilidade social ainda não tenha sido definido com precisão, tem sido usado com fins operacionais e delimitado em função do arcabouço teórico-metodológico de cada pesquisa (LEHTONEN, 2004).

A seção que segue aborda o conceito de sustentabilidade social.

2.2 SUSTENTABILIDADE SOCIAL: CONCEITOS E ABORDAGENS

Foladori e Tommasino (2000) argumentam que até a década de 1990, o conceito de sustentabilidade social não era utilizado com fins autênticos; pelo contrário, sua utilização tinha o fim duvidoso de encobrir o interesse pela sustentabilidade ecológica. Para algumas instituições internacionais como a ONU, o Banco Mundial e outras, a pobreza e/ou o incremento populacional não são considerados problemas de insustentabilidade por si próprios, senão na medida em que causem insustentabilidade ecológica.

Algumas justificativas eram continuamente citadas pelas instituições, como por exemplo, os camponeses pobres que, pela falta de recursos, degradam o solo provocando erosão. Neste caso o problema não é a pobreza e sim o resultado da erosão do solo, ou seja, embora considere-se a pobreza um problema de insustentabilidade social, o verdadeiro interesse está na (in) sustentabilidade ecológica que provoca (FOLADORI e TOMMASINO, 2000).

Outro exemplo é o do crescimento populacional. Os pobres se reproduzem mais, nesse caso, o problema de insustentabilidade social é o crescimento da pobreza. Porém, o interesse não explícito, mas evidente é de que o aumento da população pressione os recursos e incremente os resíduos (ELKINGTON, 2001). Pelo fato das organizações sofrerem fortes pressões governamentais e do mercado, as empresas passaram a considerar, como parâmetro nas decisões estratégicas as questões ambientais (AZZONEET, et al, 1997).

A sustentabilidade social aparecia nas discussões como um dos temas que afeta a sustentabilidade ecológica, sendo, portanto, “limitada” e essa forma de entender a sustentabilidade social era chamada de sustentabilidade “ponte”, na medida em que o interesse pela sustentabilidade social era simplesmente o de atingir uma meta ecológica para a qual a sustentabilidade social constituía um instrumento ou meio (FOLADORI e TOMMASINO, 2000).

Durante os últimos trinta anos, a questão da sustentabilidade social teve como eixo central a pobreza e o incremento populacional. Reduzir a pobreza e limitar o crescimento populacional eram os objetivos de qualquer programa de sustentabilidade social. Obviamente, questões como equidade, qualidade de vida,

dentre outras, estavam presentes, porém, aqueles eram os temas centrais em nível mundial. Como o incremento populacional está diretamente atrelado à pobreza, já que são os pobres que se reproduzem a taxas elevadas, a pobreza era sempre a questão hegemônica (BARBIERI, 2012).

O conceito está associado ao desenvolvimento histórico das discussões entre desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e sustentabilidade social. Por um tempo se discutiu a questão de um “círculo vicioso”, para o qual os pobres são tanto agentes quanto vítimas da degradação ambiental. São agentes porque a falta de capital faz com que utilizem mais intensivamente os recursos naturais e, conseqüentemente, os depredem. Este “círculo vicioso” esteve presente na Conferência da ONU de Estocolmo em 1972, também no relatório *Brundtland* (1987), no Relatório sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente do Banco Mundial, de 1992, e no Relatório sobre Pobreza e Meio Ambiente do PNUD de 1995 (ANGELSEN, 1997).

A alternativa para romper o “círculo vicioso” seria o desenvolvimento econômico, surgindo a hipótese de “duplo caminho” ganhou espaço (ANGELSEN, 1997). A hipótese do duplo caminho, coloca a necessidade de definição de políticas públicas dirigidas a combater a pobreza em diferentes frentes simultaneamente. Políticas de emprego, moradia, educação, dentre outras, deveriam ser implementadas.

De alguma forma, essa mudança de paradigma a respeito da relação entre pobreza e meio ambiente reflete uma discussão mais profunda, que tem a ver com a diferença entre garantir às futuras gerações um ambiente melhor, ou garantir melhores gerações. No entanto, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável colocou ênfase na necessidade de legar às futuras gerações uma natureza melhor, em um discurso baseado nas necessidades humanas e não na mudança de valores.

O aumento da qualidade de vida deve ser o objetivo e não a ponte ou o meio para uma natureza mais saudável. O desenvolvimento humano, como objetivo próprio, se coloca em primeiro lugar e, na medida do desenvolvimento humano, haveria um melhor relacionamento com o ambiente externo (SEN, 2000).

Folodori (2002) argumenta que, tanto no caso da hipótese do círculo vicioso como na mais recente, do duplo caminho, as possíveis mudanças não significam alterações nas relações sociais de produção. Isso pode ser visto mais claramente ao analisar-se um dos elementos mais radicais da proposta da sustentabilidade social,

o da participação social. Antes disso, há que se ressaltar a completa incoerência entre a proposta do duplo caminho – que supõe uma participação do setor público através de políticas específicas para elevar a qualidade de vida – e as medidas de política macroeconômica impulsionadas pelos mesmos organismos internacionais, de caráter neoliberal que, em lugar de apoiar os gastos públicos, promovem as privatizações e a restrição do gasto fiscal (FOLODORI, 2002).

Para Sachs (1993), a responsabilidade socioambiental é um conjunto de ações socioambientais desenvolvidas pela organização que também faz parte do conjunto de ações da sustentabilidade social. Segundo esse mesmo autor, ela deriva de ações para o desenvolvimento sustentável com objetivo de qualificar ações para preservação do meio ambiente. Essas ações socioambientais buscam relacionar e diminuir os possíveis impactos negativos da atuação da empresa, bem como melhorar a imagem da organização e fortalecer as relações de negócios. Andrade e Tachizawa (2002, p.12) complementam afirmando que:

[...] a crescente disposição do exercício da responsabilidade socioambiental por parte das organizações deve continuar de forma permanente e definitiva onde os resultados econômicos dependam das decisões empresariais, levando em conta, em primeiro lugar, que não há conflito entre lucratividade e a questão socioambiental; segundo, o movimento de sustentabilidade cresce em escala mundial; terceiro clientes e consumidores em geral valorizam, cada vez mais, as práticas socioambientais por parte das organizações; e, quarto que a demanda de faturamento das empresas passam a sofrer, cada vez mais, pressões e a depender do comportamento dos consumidores que enfatizarão suas preferências para produtos e organizações ecologicamente corretas.

A sustentabilidade social precisa se consolidar cada vez mais na sociedade, promovendo a quebra de um paradigma social em que os interesses próprios superavam os da coletividade. Melo Neto e Froes (2001) destacam que, embora a sustentabilidade social esteja sendo divulgada constantemente pela mídia e aos poucos vem influenciando o comportamento da sociedade é muito difícil determinar um conceito único.

Nascimento, Lemos e Mello (2008) afirmam que o principal objetivo da sustentabilidade social é gerar, por parte da organização, uma relação ética e de qualidade de vida com a comunidade.

O processo de adaptação estratégica e sustentabilidade social das organizações têm sido por muito tempo, um ponto de reflexão a ser estimulado para os gestores. No momento em que se argumenta que existem diferenças entre o que

as organizações falam e suas efetivas ações, é que se demonstra a necessidade de se considerar as questões sociais e ambientais na elaboração de estratégias, já que estas norteiam o desenvolvimento e a sobrevivência das empresas. Na visão de Certo e Peter (2005), o mundo empresarial começou a compreender a real importância de se levar em consideração as variáveis socioambientais, de forma a aceitar a responsabilidade social como parte integrante e necessária na elaboração da estratégia global de uma empresa. Essa visão iniciou-se quando os empresários perceberam que as melhorias consequentes das políticas ambientais e sociais não trariam benefícios de forma isolada e que este comprometimento poderia ser o diferencial na decisão de compra de seus produtos.

Segundo Elkington (2001) para tratar das questões relacionadas à sustentabilidade é necessário maior integração das três dimensões do tripé da sustentabilidade onde estão contidos os aspectos econômicos, ambientais e sociais, que devem interagir, de forma holística, para satisfazer o conceito. Sem estes três pilares a sustentabilidade não se sustenta.

O pilar ambiental refere-se ao ambiente natural de um empreendimento ou sociedade, e implica pensar no curto, médio e longo prazo buscando minimizar os impactos ambientais negativos e compensar o que não é possível amenizar. Assim uma empresa que usa determinada matéria-prima deve planejar formas de repor os recursos ou, se não é possível, diminuir o máximo possível o uso desse material, assim como saber medir a pegada de carbono do seu processo produtivo, que, em outras palavras, quer dizer a quantidade de “CO² emitido pelas suas ações”. Além disso, obviamente, deve ser levado em conta a adequação à legislação ambiental e a vários princípios discutidos atualmente como o Protocolo de Kyoto. Para uma determinada região geográfica, o conceito é o mesmo e pode ser adequado, por exemplo, com um sério zoneamento econômico da região (ALIGRERI e ALIGRERI, 2008).

O pilar econômico traz o retorno do significado de cuidar da casa, afincado pelos gregos na Antiguidade. São analisados os temas ligados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços e deve-se levar em conta os outros dois aspectos. Ou seja, não adianta lucrar devastando o meio ambiente e a sociedade, por exemplo. (ALIGRERI e ALIGRERI, 2008).

O terceiro pilar trata do capital humano de um empreendimento, comunidade, sociedade como um todo. Além de salários justos e estar adequado à legislação

trabalhista, é preciso pensar em outros aspectos como o bem-estar dos funcionários, propiciando, por exemplo, um ambiente de trabalho agradável, pensando na saúde do trabalhador e da sua família. Além disso, é imprescindível ver como a atividade econômica afeta as comunidades ao redor. Nesse item, estão contidos também problemas gerais da sociedade como educação, violência e até o lazer (ELKINGTON, 2001).

O referencial teórico permite depreender que ao se tratar da dimensão social da sustentabilidade é preciso atentar para aspectos internos e externos às organizações que estão estreitamente relacionados não só aos problemas sociais emergenciais mas também aos problemas ambientais e econômicos que impactam a sociedade como um todo.

2.3 COOPERATIVISMO

O cooperativismo surgiu como uma alternativa para ajudar os menos favorecidos socialmente e economicamente em meados de 1844, mais precisamente em 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale – Manchester, na Inglaterra. Foram 28 tecelões que se uniram e formaram a Sociedade dos Probos de Rochdale, com o intuito de proporcionar uma melhor qualidade de vida para as pessoas que ali habitavam.

Nesse período, de Revolução Industrial, a população menos qualificada financeira e intelectualmente começava a ser pressionada pelas grandes indústrias e por seu poderio industrial, ficando à margem das possibilidades de buscar ganho econômico com a venda de seus produtos. A solução encontrada foi buscar em uma organização coletiva baseada em princípios e valores orientados para a busca de melhores condições de vida para todos, instituíram no contexto social, as organizações cooperativas.

Com valores baseados na democracia; igualdade; ajuda mútua; solidariedade; participação; direitos e deveres iguais para todos; sem discriminação de qualquer natureza para todos os sócios; e com uma essência voltada para o bem-estar das pessoas envolvidas, surgiram as primeiras cooperativas. Desde seu surgimento, o cooperativismo é norteado por princípios que o diferenciam do sistema capitalista e

das demais organizações mercantis, pensando sempre primeiro no “nós” antes do “eu”.

O cooperativismo originou-se de pequenas organizações de operários e camponeses europeus que buscaram na auto-ajuda-mútua o benefício comum para a resolução dos problemas agravados a partir do século XIX. O ano de 1844, ano da fundação da Cooperativa dos Tecelões de Rochdale é tido como o momento de constituição do cooperativismo, do ponto de vista das organizações de características análogas. Assim, as primeiras experiências de trabalho cooperativo formalmente organizado surgem como alternativas econômicas a situações históricas específicas, sendo reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos de desenvolvimento e de possível transformação social (DUARTE, 1986, p.13).

No Brasil, o Cooperativismo deu seus primeiros passos com a chegada dos portugueses. Conseqüentemente com as mesmas finalidades da criação da primeira cooperativa do mundo, teve seu estímulo através de funcionários públicos, profissionais liberais, militares e operários.

O Movimento Cooperativista Brasileiro iniciou-se em 1889, na cidade de Ouro Preto (MG), com a criação da primeira Cooperativa de Consumo de que se tem registro, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. A partir desse marco histórico, o espírito do cooperativismo tomou conta não só de Minas Gerais como mais tarde do Brasil. Ampliando-se por Minas Gerais, alcançou outros estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Surgiram assim, cooperativas de diversos ramos no país, sendo treze os ramos existentes: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infraestrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte, Turismo e Lazer. Conforme OCB:

No Brasil existem cooperativas em 13 setores da economia. Todas representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) nacionalmente e pelas organizações estaduais (Oces) nas unidades da federação. Para melhor cumprir sua função de entidade representativa do cooperativismo brasileiro, a OCB estabeleceu os ramos do cooperativismo baseados nas diferentes áreas em que o movimento atua. (OCB, 2013)

No Rio Grande do Sul o cooperativismo surgiu em 1902, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt, grande conhecedor do modelo alemão de Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888). Tal modelo foi de grande sucesso na Europa de modo que Theodor Amstadt e mais 19 lideranças resolveram implantar o modelo no Rio Grande do Sul. A iniciativa foi bem sucedida e, após três reuniões, aconteceu a assembleia de constituição da primeira cooperativa gaúcha, realizada no dia 28 de

dezembro, no antigo salão de Nikolaus Kehl, elegendo-se Anton Maria Feix como primeiro presidente.

As cooperativas são assim ao mesmo tempo uma associação de pessoas buscando espaço de vida digna, dentro do mercado, e uma empresa que procura responder a todas as necessidades econômicas, de trabalho e de renda de seus associados de forma cada vez mais eficiente e com qualidade na prestação dos seus serviços (SCHNEIDER, 2010, p. 41 e 42).

No Brasil, o cooperativismo possui legislação específica, a qual é regulamentada pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, a qual instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. A referida Lei define, em seu artigo 4º, o conceito de cooperativa:

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social; X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

A partir desta concepção, entende-se que o cooperativismo se fortalece por meio da junção de pessoas que buscam encontrar soluções para os seus problemas, pautado nos princípios da cooperação.

2.3.1 Princípios cooperativos

As cooperativas são organizações particulares no que tange a sua gestão. No pensamento de Lauermaann *et al.* (2016) as cooperativas assumem um papel de dupla complexidade na sua relação com os cooperados e com o mercado. Isso

porque as cooperativas devem seguir os princípios cooperativistas na sua relação com os cooperados ao passo que devem seguir estratégias de gestão alinhadas com o mercado.

Como afirma Lopes (2007), as cooperativas representam uma alternativa à retração de postos e rendimentos do trabalho, atuando em favor de um desenvolvimento baseado na desconcentração do capital e distribuição de renda, bem como, favorecendo os seus membros em relação a uma melhoria na sua qualidade de vida. Ao se constituir cooperado, o indivíduo busca soluções socioeconômicas atuando como unidades de geração de renda enfrentando o desafio de se tornarem suficientes e viáveis no seu negócio. Se sozinhos, por unidade de produção, por propriedade eles sentem grandes dificuldades, em cooperação, poderão sentir atendimento e aproximação comercial e produtiva com mais segurança (BUTTENBENDER apud FREITAS; GEHRKE; DREWS, 2011).

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2016) define o Cooperativismo como um movimento, uma filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Nesse contexto, a cooperativa pode ser definida como uma organização de pessoas que se baseia em valores, objetivos e princípios cooperativos, que são: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos cooperados; participação econômica dos cooperados; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas e interesse pela comunidade. Estes princípios são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática (GAWLAK; RATZKE, 2001).

De acordo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2016), no ramo do agronegócio, as cooperativas são importantes meios para prestar serviços aos associados, tais como: recebimento ou comercialização da produção conjunta; armazenamento; industrialização; assistência técnica; e formação educacional e social.

Diante disso, as estruturas cooperativas modernas precisam manter o seu papel de sistema produtivo centrado no homem e, ao mesmo tempo, desenvolver uma organização capaz de competir com empresas de outras naturezas com orientação para o mercado (ZYLBERZTAJN, 1994).

O cooperativismo nasce como uma importante escolha que vem se expandindo com autonomia, em que os indivíduos optam pelo trabalho coletivo e

ajuda mútua, construindo uma sociedade melhor fundamentada em valores de solidariedade, igualdade de direitos e deveres, responsabilidade e compromisso (CAPELEZZO, 2016). Neste enfoque, as cooperativas são associações de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática que contam com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais prestam serviços, sem fins lucrativos (MEINEN; PORT, 2014). Estas organizações são guiadas por sete princípios comuns que estão diretamente relacionados com os conceitos de sustentabilidade, como argumentam Dale *et al.* (2013).

Sob essa perspectiva, Binda e Gehlen (2012) entendem que a cooperativa é um meio através do qual seja possível conseguir uma compreensão da relação homem-natureza sob o ponto de vista da construção da sustentabilidade por ser um movimento solidário democrático-participativo, de princípios e doutrina, que se mostra em plenas condições de estabelecer um modelo sustentável de desenvolvimento econômico que preserve o meio ambiente e respeite os valores culturais.

Em setembro de 1995, em Manchester na Inglaterra, em um congresso realizado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foram estabelecidos os princípios Cooperativistas e suas definições:

- 1. Adesão Livre e Voluntária** – todas as pessoas que estejam aptas a utilizarem os serviços da cooperativa, e dispostas a assumirem responsabilidades como membros, são livres para ingressar na cooperativa, sem qualquer tipo de discriminação.
- 2. Gestão Democrática** – as cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus cooperados que participam ativamente na formulação de políticas e na tomada de decisões. Os eleitos são responsáveis para com os demais sócios, e cada cooperado tem direito a um voto.
- 3. Participação Econômica dos Sócios** – Os membros contribuem equitativamente para o capital da cooperativa e controlam-no democraticamente (Gestão Democrática). Se a cooperativa obtiver receitas maiores que as despesas estas também serão divididas equitativamente aos associados, proporcionalmente ao trabalho investido ou à utilização dos serviços da cooperativa. O restante das sobras deve ser decidido em assembleia, podendo ser reinvestido na cooperativa.
- 4. Autonomia e Independência** – as cooperativas são instituições autônomas, controladas por todos os seus membros, buscando atuar com a ajuda mútua e a gestão democrática.
- 5. Educação, formação e informação** – as cooperativas promovem a educação, formação e informação dos seus cooperados, dirigentes e colaboradores, buscando o desenvolvimento conjunto. Informando ao público em geral, principalmente aos jovens e aos formadores de opinião, as vantagens da cooperação.

6. Intercooperação – este princípio aborda a necessidade de haver a intercooperação entre cooperativas, as quais realizam troca de informações e experiências através de compras e/ou vendas em comum com a intenção de fortalecer o Movimento Cooperativo.

7. Interesse com a Comunidade – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos membros. (VALADARES, 2002).

Conforme Dale *et al.* (2013), todos os princípios têm relação com a sustentabilidade, mas o sétimo é o que mais se aproxima, pois em si fala sobre o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Portanto, esses princípios regem o cooperativismo e fundamentam a viabilidade da criação de cooperativas, e carecem ser incorporados na gestão, ampliando-os em seus significados originais, para que sejam contempladas as questões de planejamento, organização, direção e avaliação das cooperativas, confirmando a importância destes princípios no fortalecimento do cooperativismo.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um estudo de caso que faz uso de pesquisa quantitativa de caráter descritivo cujo objeto de estudo foi uma cooperativa agrícola. Para Yin (2000 p. 20) os estudos de caso podem ser utilizados “como estratégia de pesquisa e, em muitas situações, para contribuir com os conhecimentos que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo”.

3.1 OBJETO DA PESQUISA

O objeto da pesquisa foi uma foi a unidade de uma Cooperativa Agrícola Mista, localizada no interior do Rio Grande do Sul, Brasil, aqui denominada Cooperativa Y. Como a maioria das cooperativas ao redor do mundo, a cooperativa objeto deste estudo, surgiu da necessidade de pequenos agricultores para com sua sobrevivência e de seus familiares. Em meados de 1960 foi organizado um movimento a favor da fundação de uma cooperativa na cidade, juntamente com os moradores da região onde se localiza. Contando com as lideranças locais, aos poucos o movimento foi amadurecendo e a esperança de dias melhores passou a mover os ideais de pequenos produtores que enfrentavam uma época de carestia e preços ruins para a venda dos produtos. Como agravante, precisavam deslocar-se enfrentando estradas em péssimas condições, altos custos e demora até o retorno.

O descontentamento geral dos colonos motivou um Reverendo que exercia liderança na comunidade a propor a criação de uma cooperativa, que por meio de esforços em comum, poderia melhorar as condições para todos que não mais teriam que se submeter a atravessadores ou ter altos custos para vender seus produtos. Então, no mês de fevereiro de 1963, em uma cidade do interior do RS aconteceu uma reunião com o objetivo de constituir a referida cooperativa. Dos muitos presentes, apenas 28 agricultores acreditaram na força da união para o crescimento do grupo, mediante a venda em comum dos seus produtos e fundaram a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda.

Na seção 4.1 dos resultados serão apresentadas maiores informações sobre a Cooperativa Y.

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

Os sujeitos da pesquisa foram os clientes cooperados que frequentam o supermercado da Cooperativa Y, localizado no centro da cidade onde está localizada. A coleta se deu durante o horário de funcionamento e os pesquisados foram convidados a participar, sendo coletados por acessibilidade 46 instrumentos os quais foram todos aproveitados no processo de análise. A coleta ocorreu durante o mês de novembro de 2018.

Foram entrevistados 46 clientes cooperados, motivo pelo qual os resultados são apresentados somente para o grupo de entrevistados, não sendo possível generalizações.

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

O instrumento de pesquisa foi um questionário estruturado (APÊNDICE A) composto de três seções: princípios cooperativos, sustentabilidade social e perfil dos entrevistados.

Os questionamentos específicos à pesquisa foram realizados com base nas assertivas apresentadas no quadro 01, para as quais os pesquisados deveriam se posicionar em uma escala Likert de 5 pontos, com a seguinte intensidade:

- 1 - Discordo Totalmente (DT)
- 2 – Discordo (D)
- 3 – Neutro (N)
- 4 – Concordo (C)
- 5 – Concordo Totalmente (CT).

Quadro 01 - Assertivas da parte específica do instrumento de pesquisa

Adesão Livre e Voluntária
Abertura da Cooperativa para a adesão livre e voluntária de novos cooperados
Gestão Democrática
Consulta e diálogo com os cooperados
Existência de espaços e/ou abertura para receber reclamações/sugestões dos cooperados
Preocupação por parte da cooperativa quanto às reclamações e/ou sugestões recebidas
Abertura para a participação dos cooperados nas decisões importantes da COOPERATIVA Y
Realização com frequência de assembleias com a participação dos cooperados
Participação dos cooperados na definição das políticas da cooperativa
Participação Econômica
Controle da minha quota capital na Cooperativa
Está satisfeito com a participação nas sobras da Cooperativa (Retorno)
Está satisfeito com a destinação das sobras
Autonomia e Independência
Conhecimento sobre os acordos firmados pela Cooperativa com outras organizações (bancos, órgãos públicos, etc.)
Controle sobre os acordos da Cooperativa com outras organizações
Educação, formação e informação
A COOPERATIVA Y proporciona cursos, reuniões, e palestras para seus cooperados sobre as vantagens da cooperação
A Cooperativa disponibiliza informações aos cooperados sobre produtos, serviços e obrigações como cooperados
Tenho conhecimento sobre os valores e princípios da COOPERATIVA Y
Tenho conhecimento sobre as regras e normas da COOPERATIVA Y
A Cooperativa repassa inovações aos cooperados

Intercooperação
Existe integração da COOPERATIVA Y com a OCERGS
Ocorrem ações com outras cooperativas em busca de vantagens para os cooperados
A COOPERATIVA Y busca inovações em outras cooperativas para melhorias
Existe comunicação e integração com outras cooperativas
Sustentabilidade Social (Interesse pela Comunidade)
Existe preocupação da COOPERATIVA Y com as questões sociais da comunidade local
Existe preocupação da CAMPAL com o desenvolvimento sustentado da região
Ocorre apoio da Cooperativa para atividades e projetos da comunidade local
A Cooperativa contribui para a geração de emprego e renda
Existe abertura de espaço de trabalho para jovens (estágios)
Ocorre o estímulo à participação das mulheres (cooperadas, funcionárias, gestão)
Contribui para a redução do impacto ambiental (redução de resíduos, reciclagem)
Incentiva o retorno e controle de embalagens e produtos vendidos aos cooperados (produtos químicos, lâmpadas)
Você é orientado a trazer de volta as embalagens usadas
A cooperativa tem preocupação com a natureza, emissão de poluentes, utilização de energia
Você recebe informação ambiental clara e precisa sobre os produtos, serviços e atividades da cooperativa
Existe a opção por produtos (insumos) com menor impacto ambiental

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

Malhotra (2006) classifica a escala *Likert* como uma escala balanceada de comparação não-forçada, com um número ímpar de categorias e uma posição neutra. Essa escala se mostrou adequada para este estudo, pois poderia haver, pelo

menos alguns entrevistados, com reações de neutralidade ou indiferença a algumas das questões que estavam sendo medidas.

3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O processo de análise foi iniciado pela análise descritiva dos dados fazendo uso de frequências simples (PESTANA; GAGEIRO, 2003). A finalidade da análise descritiva simples foi apresentar a percepção dos entrevistados quando aos dois construtos analisados.

Na sequência foram realizados cruzamentos entre a variável sexo e as variáveis idade, estado civil, escolaridade, classe social e relação com a cooperativa a fim de compreender melhor as características do grupo de entrevistados.

Após os resultados relativos aos construtos dos princípios cooperativos e da sustentabilidade social foram correlacionados (MALHOTRA, 2006) a fim de buscar a compreensão acerca das relações entre os dois construtos analisados.

No contexto deste estudo, a percepção dos cooperados significa o ato de perceber, a consciência (de alguma coisa ou pessoa), impressão ou intuição (HOUAISS, 2015). Dessa forma, os dados foram tratados como quantitativos e analisados por meio de planilha eletrônica, tais dados foram considerados importantes para a análise dos dados qualitativos, que são predominantes no estudo.

4. RESULTADOS

Neste capítulo são apresentadas quatro seções dos resultados da pesquisa, a Cooperativa Y, percepção dos cooperados entrevistados e a análise de correlação dos dados.

4.1 A COOPERATIVA Y E SUAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Segundo informações coletadas na própria Cooperativa Y, no momento da pesquisa, possuía aproximadamente 4.000 associados, a maioria pequenos agricultores, com propriedades bastante diversificadas no cultivo de: feijão, milho, soja, trigo, fumo e leite, entre outros. O quadro social é organizado em núcleos de produtores. Cada núcleo possui um representante eleito, formando um Conselho de Representantes – 31 membros.

O Conselho de Administração é formado por 12 conselheiros, eleitos nos núcleos pelos associados, além do Presidente e Vice-Presidente, eleitos na Assembleia Geral e o Conselho Fiscal, formado por 3 membros titulares e 3 suplentes. Antecedendo a Assembleia Geral Ordinária anual, são realizadas miniassembleias nos núcleos, com o objetivo de prestar contas das atividades desenvolvidas e possibilitar uma maior participação do quadro social. Completam a “família Cooperativa Y” mais de 430 colaboradores, nos mais diversos setores e negócios.

O seu objetivo é fortalecer a empresa e o associado por meio do agronegócio, com a missão de buscar o desenvolvimento profissional dos associados e colaboradores, a geração de renda para todas as partes envolvidas, tendo como foco a qualidade dos produtos e serviços, respeitando o meio ambiente.

No ano de 2015 foi definida a meta de aumentar em 80% a produção industrial, ser uma empresa consolidada financeiramente, aberta às transformações, respondendo às necessidades do quadro social, com as suas marcas em evidência na mente do consumidor. Ainda, a Cooperativa Y se baseia nos seguintes valores: Cooperação, Transparência, Credibilidade, Ética, Respeito, Responsabilidade Ambiental, Austeridade Ponderada e Criatividade.

O estudo se concentra na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, Brasil, onde a Cooperativa Y está localizada (FIGURA 01).

Figura 01 – Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, Brasil



Fonte: <http://rotaseroteiros.com.br/roteiros-integrados-da-quarta-colonia/> (2019)

A existência de uma consciência empresarial responsável, contudo, é fundamental para que haja possibilidade de engajamento de todos no processo de desenvolvimento. Nesse contexto, uma das vertentes da sustentabilidade social das organizações refere-se às ações que visam a promover o bem-estar dos *stakeholders* internos e externos por meio de práticas socioambientais voltadas para as partes interessadas que investem capital no negócio.

Segundo Tachizawa (2004), iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável representam para as organizações uma forma de garantir que suas atividades sejam constantemente renovadas, agregando maior valor a seus produtos e conferindo outra forma de aumentar sua lucratividade. Diante disso, destacam-se como ações de sustentabilidade social da Cooperativa Y as seguintes ações realizadas junto aos associados, cooperados e comunidade:

- Ações de formação de lideranças para associados;
- Aprendiz cooperativo;
- Palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis (DST);

- Curso de atualização para manejo da soja;
- Campanha de doação de sangue e plaquetas;
- Arrecadação e entrega de donativos para o Lar das Vovozinhas e Hospital;
- Movimentos sociais para redução do preço dos combustíveis.

A sustentabilidade das organizações cooperativas e do próprio sistema ambiental, de acordo com Louette (2007) tornou-se uma fórmula para expressar a necessidade de manter o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental.

Atuar com responsabilidade socioambiental não é só uma postura desejável para empresas, esses são princípios básicos sobre os quais todas as pessoas e todas as instituições precisam se conscientizar para a continuidade do planeta, para o benefício de todos e por um futuro melhor.

4.2 A PERCEPÇÃO DOS COOPERADOS ENTREVISTADOS

Na aplicação dos questionários, foi possível esboçar um perfil dos pesquisados por meio de dados ligados aos aspectos socioeconômicos, relacionados ao gênero, faixa etária, estado civil, grau de escolaridade, renda familiar e tempo de sociedade de todos os entrevistados. Posterior, as perguntas abordadas foram com relação a percepção dos cooperados quanto aos princípios cooperativos e quanto a sustentabilidade social, para assim obter parâmetros de comparação na análise, a ser apresentada a seguir.

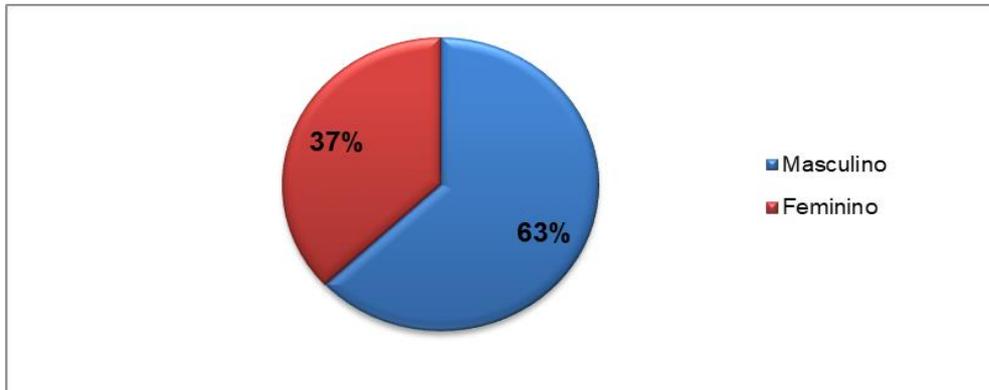
4.2.1 Perfil dos entrevistados

Os aspectos sociais e econômicos compõem um conjunto de elementos que contribuem para as ações de sustentabilidade social da Cooperativa Y na sociedade, seja pela condição econômica pela representatividade social, e pelas conquistas para a melhoria de vida tanto dos cooperados quanto de suas famílias.

Diante disso, o perfil dos clientes cooperados entrevistados é um fator determinante na relação entre estes com a cooperativa, bem como com os princípios cooperativos que cercam os objetivos da instituição. O número de entrevistados da

Cooperativa Y foi composta por 46 clientes cooperados. Conforme demonstrado no Gráfico 01, 37% gênero feminino e 63% do gênero masculino.

Gráfico 01 – Sexo



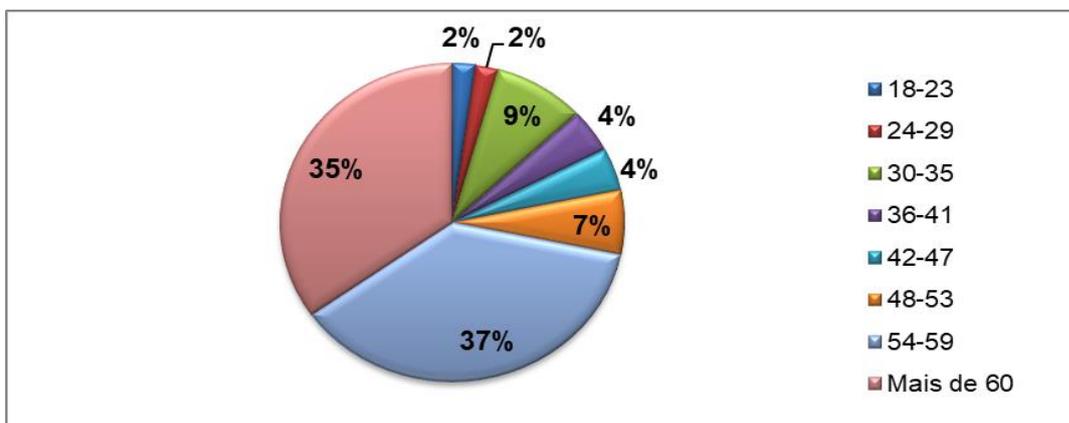
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

A partir do gráfico 01 percebe-se que a prática cooperativista tem sua predominância no sexo masculino. Esta realidade é semelhante ao contexto nacional, já que estatísticas do Sistema Organização das Cooperativas do Brasil (OCB, 2016) mostram que as mulheres representam cerca de 30% dos cooperados e 40% do quadro de empregados das cooperativas brasileiras.

Os resultados evidenciaram também que 85% são casados e que a escolaridade predominante foi o ensino fundamental (72%).

No quesito faixa etária, observou-se que a idade dos entrevistados concentrou-se entre 54 a 59 anos, com 37%; e acima de 60 anos, com 35%, de acordo com o Gráfico 02. Os sujeitos da pesquisa podem ser considerados como um público maduro.

Gráfico 02 – Faixa etária



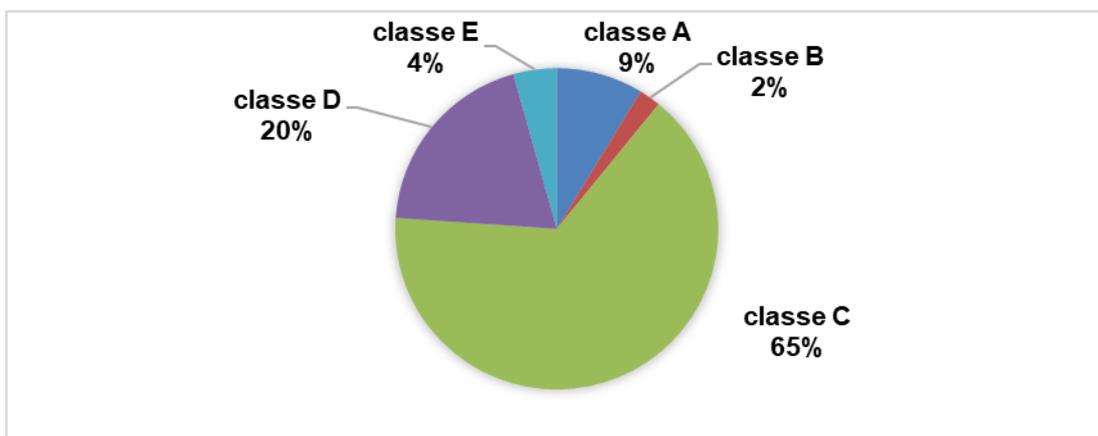
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

A pesquisa apresenta evidências de que há uma relação entre a faixa etária e o grau de escolaridade, visto que as dificuldades do meio rural podem estar relacionadas à falta de oportunidade em continuar os estudos no interior. Anteriormente as escolas de interior eram localizadas em comunidades, por vezes, distantes do local de moradia dos cooperados.

Abordando as dificuldades enfrentadas no meio rural, pode-se analisar que os investimentos e recursos foram e são, na sua grande maioria, realizados para a sobrevivência familiar e na produção agrícola, aliado a isso, no Gráfico 03 é possível verificar a renda mensal dos entrevistados. No Gráfico 03, a classe A corresponde à Acima de R\$11.262,00; a classe B corresponde de R\$8.641,00 a R\$11.261,00; a classe C de R\$2.005,00 a R\$8.640,00, a classe D de R\$1.255,00 a R\$2.004,00 e a classe E de R\$0,00 a de R\$1.254,00.

O ponto positivo do cooperativismo é o fato de que as cooperativas, além de trazerem benefícios para seus cooperados, também contribuem para o desenvolvimento econômico e social de sua localidade. A partir do Gráfico 03, constata-se que 65% dos cooperados possui uma renda mensal familiar na Classe C, entre R\$ 2.005,00 a R\$8.640,00, buscando investir na produção para uma melhor qualidade de vida.

Gráfico 03 – Renda mensal



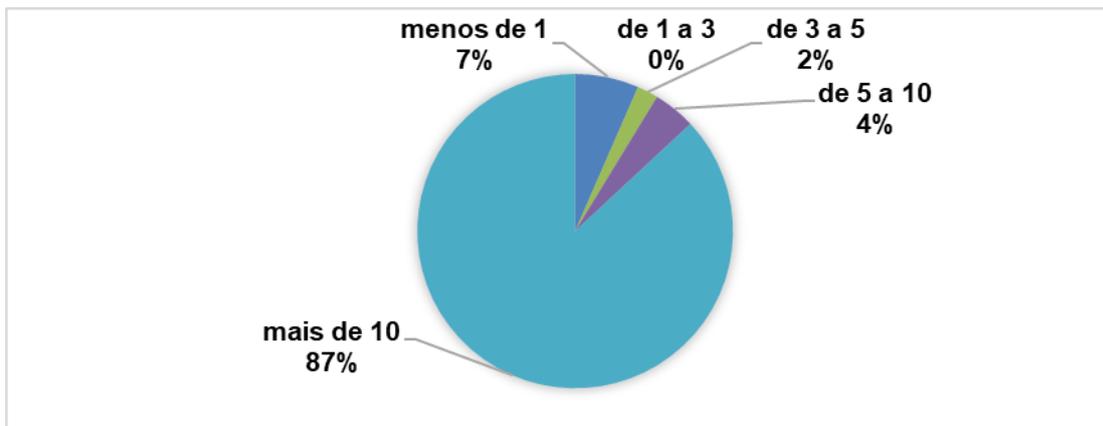
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

A vista disso, como afirma Lopes (2007), as cooperativas representam uma alternativa à retração de postos e rendimentos do trabalho, atuando em favor de um

desenvolvimento baseado na desconcentração do capital e distribuição de renda, bem como, favorecendo os seus membros em relação a uma melhoria na sua qualidade de vida. Ao se constituir cooperado, o indivíduo busca soluções socioeconômicas atuando como unidades de geração de renda enfrentando o desafio de se tornarem suficientes e viáveis no seu negócio. Se sozinhos, por unidade de produção, por propriedade eles sentem grandes dificuldades, em cooperação, poderão sentir atendimento e aproximação comercial e produtiva com mais segurança (BUTTENBENDER apud FREITAS; GEHRKE; DREWS, 2011).

Quanto ao tempo de sociedade com a Cooperativa Y, aproximadamente, 87% possuem mais de 10 anos como associado da cooperativa, demonstrando como ponto positivo na organização cooperativa enfatizando o trabalho social junto aos cooperados, conforme visto no Gráfico 04.

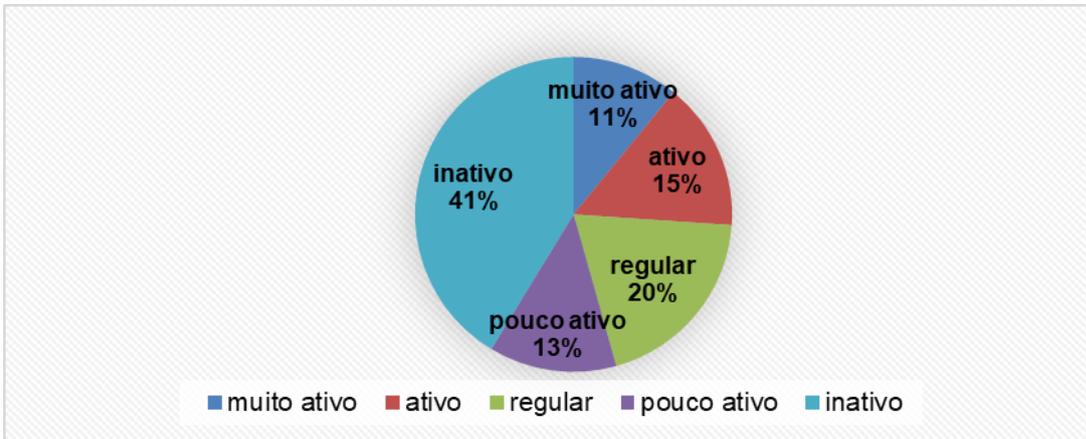
Gráfico 04 – Participação nas ações da cooperativa



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

No entanto, a gestão de uma organização cooperativa tem que ser democrática e sempre garantir a possibilidade de participação dos cooperados (CRÚZIO, 2005), referente a isso, visualiza-se a baixa participação dos mesmos, conforme visto no Gráfico 05, nas ações da cooperativa por meio de reuniões, palestras, assembleias, dentre outras.

Gráfico 05 – Participação nas ações da Cooperativa



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

A participação coloca-se como um processo, que deve se enraizar dentro da organização e envolver todos os membros, de acordo com o Gráfico 05, 41% dos entrevistados consideram inativos e 20% regular na participação das ações da cooperativa. Essa não participação é expressiva nas ações da cooperativa, implicando no enfraquecimento de variáveis como: a comunicação, o conhecimento, o relacionamento pessoal e profissional e, principalmente, a participação nas tomadas de decisão, pois ela é essencial para a qualidade da prestação de serviços e os resultados da cooperativa (CARVALHO, 2010).

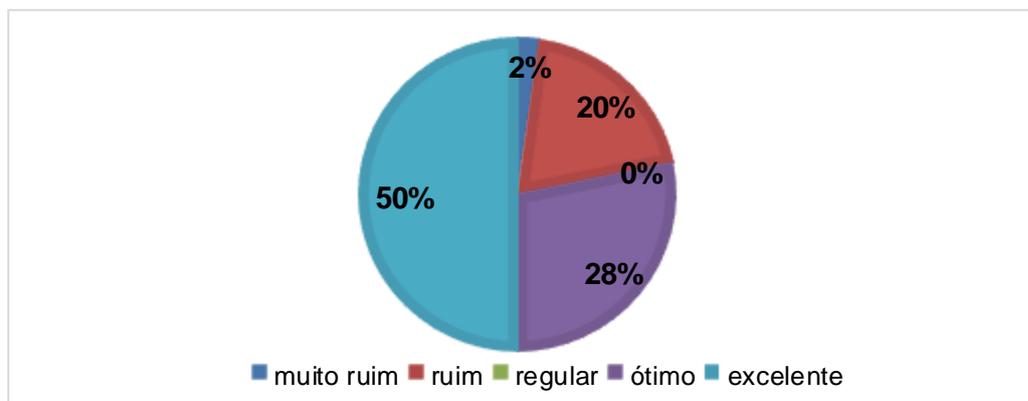
Desta forma, compreende-se a importância dos cooperados dentro da organização, sendo que a atuação ativa destes contribui no fortalecimento da cooperativa perante o mercado. Segundo Nascimento (2000), a maioria dos problemas enfrentados pelas cooperativas, inclusive financeiros e gerenciais, pode ser resolvida pelo maior nível de participação dos associados, o que é possível através do processo de educação cooperativa desenvolvido com os membros da organização.

Neste contexto, quando questionados sobre a relação das ações da cooperativa junto aos seus associados, comunidade, meio ambiente e fornecedores serem adequadas, apresentou conformidade nas respostas entre os cooperados. As ações voltadas aos associados e a comunidade com relação a cooperativa obteve-se 78%, em ambas, sendo consideradas adequadas na opinião dos entrevistados, no que se refere ao meio ambiente 85% consideram que serem apropriadas, e com

os fornecedores 98% dos entrevistados confirmaram serem pertinentes a relação da cooperativa em ações com fornecedores.

Buscando maior entendimento acerca da relação da Cooperativa Y com os associados, comunidade, meio ambiente e fornecedores, houve desproporção nas respostas, considerando a percepção dos cooperados em relação as ações. No Gráfico 06, pode-se visualizar que 50% dos entrevistados responderam excelente a relação da Cooperativa Y com os associados, evidenciando que existem pontos positivos nesta relação, e outros 28% consideram o relacionamento ótimo.

Gráfico 06 – Relação da Cooperativa com associados



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

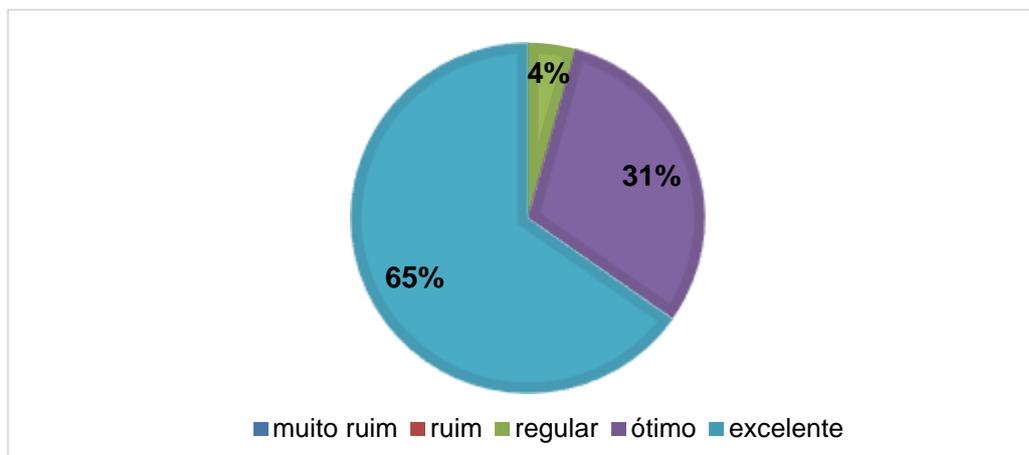
O relacionamento entre associado e cooperativa é um fator determinante na participação dos associados nas ações das organizações, não obstante, 20% ainda acreditam ser ruim a relação enfatizando que deve ocorrer algumas mudanças em prol do crescimento da cooperativa, sendo necessário um maior estreitamento nas relações para que os associados tenham mais confiança. Referente à comunidade, 48% consideram excelente a relação e 30% ótimo, demonstrando a importância que a cooperativa possui junto à comunidade.

Os cooperados reconhecem que a infraestrutura, força de trabalho, associados, meio ambiente e fornecedores são fundamentais nas comunidades onde a cooperativa está inserida, viabilizando negócios que, de outra forma, estariam fragilizados adotando uma postura de transformação social.

Já a relação da Cooperativa Y com o meio ambiente, 61% responderam ser excelente e 24% ótimo, destacando a construção de um trabalho voltado aos valores sustentáveis fortalecendo os princípios cooperativos. Tem-se o compromisso de

identificar os impactos ambientais e buscar eliminá-los e reduzi-los a níveis aceitáveis, assim como estimular ações que tenham resultados positivos para a nossa cooperativa, cooperados e comunidade. No que se refere à relação da cooperativa com os fornecedores, 65% acreditam ser excelente e 31% ótimo, corroborando com as ações anteriormente destacadas pelos cooperados, conforme demonstrado no Gráfico 07.

Gráfico 07 – Relação da cooperativa com fornecedores



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

A relação com este público pode estar fundamentada no envolvimento dos fornecedores e parceiros, cumprindo contratos estabelecidos e trabalhar no aprimoramento dessas relações deve ser um objetivo diário dos cooperados. As relações dos fornecedores e cooperativa são baseadas na relação ganha-ganha, esta relação implica num exercício de prospecção, de identificação e até de criação de cenários. Isso envolve a compreensão, a concentração e a administração de uma contínua colaboração entre fornecedores e cooperativa para a criação e o compartilhamento de valores mútuos por meio de interdependência e alinhamento organizacional (GORDON, 2000).

Neste contexto, a relação com os associados, comunidade, meio ambiente e fornecedores é a base para a manutenção da essência do negócio: ser cooperativa. Em vista disso, o relacionamento entre as partes é um diferencial competitivo face associado-cooperativa, comunidade-cooperativa, meio ambiente-cooperativa, fornecedor-cooperativa, onde o “cliente” é o “dono”. Diante deste contexto, é necessário fazer uma reflexão acerca da disparidade entre as respostas referentes a

participação nas ações da cooperativa com a relação desta com os seus públicos (associados, comunidade, meio-ambiente e fornecedores).

Os cooperados acreditam haver baixa participação nas ações da cooperativa, porém a relação dela com os associados, comunidade, meio-ambiente e fornecedores é considerada positiva no seu ponto de vista. Schneider (2007) afirma que a relação de compromisso entre cooperativa e cooperado não pode se basear apenas na força do estatuto, e deve ser construída pela confiança de que a cooperativa satisfaz as necessidades desses públicos.

4.2.2 A percepção quanto aos princípios cooperativos

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2016) define o Cooperativismo como um movimento, uma filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Nesse contexto, a cooperativa pode ser definida como uma organização de pessoas que se baseia em valores, objetivos e princípios cooperativos, que são: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos cooperados; participação econômica dos cooperados; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas e interesse pela comunidade. Estes princípios são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática (GAWLAK; RATZKE, 2001).

De acordo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2016), no ramo do agronegócio, as cooperativas são importantes meios para prestar serviços aos associados, tais como: recebimento ou comercialização da produção conjunta; armazenamento; industrialização; assistência técnica; e formação educacional e social.

Diante disso, as estruturas cooperativas modernas precisam manter o seu papel de sistema produtivo centrado no homem e, ao mesmo tempo, desenvolver uma organização capaz de competir com empresas de outras naturezas com orientação para o mercado (ZYLBERZTAJN, 1994). Nesse sentido, é fundamental identificar a percepção dos cooperados em relação aos princípios cooperativos, alinhada ao perfil dos mesmos, buscando compreender a relação existente entre o cooperado e a cooperativa no entendimento sobre sustentabilidade social.

Para tanto, inicialmente abordou-se os entrevistados acerca da sua percepção quanto aos princípios cooperativos, questionando-os sobre o primeiro princípio cooperativo **Adesão voluntária e livre**, com a pergunta *abertura da Cooperativa para a adesão livre e voluntária de novos cooperados*, onde houve índice de 81% de aprovação por parte dos cooperados, concordando totalmente. A importância da adesão é que os cooperados escolhem participar e assumir voluntariamente compromissos com a cooperativa, conforme apresentada na tabela 01.

Tabela 01 – Adesão voluntária e livre

	DT	D	N	C	CT
1.1 - Abertura da Cooperativa para a adesão livre e voluntária de novos cooperados	4%		2%	18%	81%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

As pessoas não são obrigadas a fazer parte do quadro social da cooperativa. Segundo Cançado (2004, p. 5): “[...] o princípio da adesão livre e voluntária está relacionado à liberdade individual de cada um”. Portanto, as pessoas devem se sentir livres para participar e assumir responsabilidades em prol de objetivos comuns.

Esse índice visto na Tabela 01 é justificável quando comparado com o Gráfico 04, que traz há quanto tempo o cooperado é sócio da Cooperativa Y, obtendo um percentual de 87% com mais de 10 anos. Diante disso, pode-se analisar que a cooperativa busca o desenvolvimento e crescimento dos associados e cooperados, assim, eles dividem responsabilidades, participam do estabelecimento de objetivos e metas, debatem decisões e traçam os rumos do negócio.

Além desses fatores, deve prevalecer a discussão de ideias, o respeito pela opinião alheia, a aceitação de experiências vivenciadas pelos membros, tudo baseado num diálogo aberto e franco. Portanto, a responsabilidade do cooperado vai além da própria criação da cooperativa, ele contribui não apenas com recursos, mas com seu compromisso, seus conhecimentos, suas habilidades e, em

contrapartida, recebe o poder e o dever de decidir sobre os rumos do negócio cooperativo.

Tabela 02 – Gestão democrática

	DT	D	N	C	CT
2.1 - Consulta e diálogo com os cooperados			7%	28%	65%
2.2 - Existência de espaços e/ou abertura para receber reclamações/sugestões dos cooperados		11%	4%	26%	59%
2.3 - Preocupação por parte da cooperativa quanto às reclamações e/ou sugestões recebidas		20%	9%	28%	43%
2.4 - Abertura para a participação dos cooperados nas decisões importantes da COOPERATIVA Y	11%	9%	15%	6%	59%
2.5 - Realização com frequência de assembleias com a participação dos cooperados	17%		4%	9%	70%
2.6 - Participação dos cooperados na definição das políticas da cooperativa	11%	11%	9%	4%	65%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

Conforme apresentado na Tabela 02, o segundo princípio cooperativo é a **Gestão democrática**, diante disso, entende-se que as cooperativas são organizações democráticas controladas por seus associados, que participam ativamente na fixação de suas políticas e nas tomadas de decisões.

Do ponto de vista dos cooperados, quando indagados *preocupação por parte da cooperativa quanto às reclamações e/ou sugestões recebidas* obteve-se um índice de 43% de aprovação, ou seja, grande parte dos cooperados acredita que a Cooperativa Y tem preocupação com as reclamações e/ou sugestões recebidas. Portanto, contribui com a eficácia no desenvolvimento das operações cooperativas e estimula o cooperativismo além disso, estabelece relação do associado com a cooperativa e da cooperativa com o associado e procura harmonizar essas relações.

Referente a questão *realização com frequência de assembleias com a participação dos cooperados*, é possível notar que há dois índices que chamam a atenção, onde 17% acreditam não ser frequente as assembleias; e 70% concordam totalmente que frequentemente há a realização de assembleias com a participação dos cooperados. Tais resultados sugerem a baixa participação dos cooperados nas

ações que a cooperativa pratica, conforme visto no Gráfico 05. Portanto, pode-se perceber os cooperados são pouco ou regularmente ativos nas ações, sendo um dos fatores a serem reavaliados pela cooperativa.

“A sobrevivência da cooperativa apresenta uma relação direta com a efetiva participação dos seus cooperativos nos processos de decisão” (DUMOND, 2010). Na cooperativa, a figura mais importante é o sócio, eis que sem sua participação nos negócios não há condições de viabilidade ou sobrevivência da cooperativa. Por isso, a participação dos cooperados é fundamental para o crescimento da instituição, isto é, o terceiro princípio que diz respeito a **Participação econômica dos membros**, assim quando questionados sobre *está satisfeito com a participação nas sobras da Cooperativa (Retorno)*, houve um índice de aprovação de 59% colocando que concordam totalmente, porém, houve um índice de 22% de reprovação, enfatizando que uma parcela dos cooperados não estão satisfeitos com as sobras, bem como seu ponto de vista na questão *está satisfeito com a destinação das sobras*, demonstrado na Tabela 03, o que corrobora com o Gráfico 05, onde 41% dos cooperados indicaram que se sentem inativos quanto sua participação na Cooperativa Y.

Tabela 03 - Participação econômica dos membros

	DT	D	N	C	CT
3.1 - Controle da minha quota capital na Cooperativa	4%		13%	26%	57%
3.2 - Está satisfeito com a participação nas sobras da Cooperativa (Retorno)	22%	2%	2%	15%	59%
3.3 - Está satisfeito com a destinação das sobras	22%	2%	2%	15%	59%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

Conforme a Tabela 03 e o Gráfico 05, pode-se observar a relação entre a baixa participação dos cooperados em ações da cooperativa com a participação econômica, ou seja, se o cooperado não participa ativamente consequentemente não frequenta as reuniões e assembleias para tomada de decisões importantes da cooperativa.

Nesse sentido, os membros contribuem equitativamente para o capital da cooperativa e controlam-no democraticamente, isto é, se a Cooperativa Y obtiver receitas maiores que as despesas estas também serão divididas equitativamente aos associados, proporcionalmente ao trabalho investido ou à utilização dos serviços da cooperativa, e o restante das sobras deve ser decidido em assembleia, podendo ser reinvestido na cooperativa, o que corrobora no item 3.1 onde, aproximadamente 83% concordam e concordam totalmente, detém controle da quota capital que possuem na cooperativa, mantendo uma relação de confiança entre as partes envolvidas.

Sendo assim, de acordo com Drumond (2010), é essencial que o cooperado participe dos mecanismos de estruturação da organização, desde a formulação do estatuto, tomada de decisões, seja como dirigente, membro do conselho fiscal, usuário ou foros de discussão, ou seja, ele deve participar dos processos de tomada de decisão por meio das deliberações das assembleias, que são soberanas, bem como nas eleições de seus dirigentes e dos membros do conselho fiscal e na definição das estratégias de atuação do negócio cooperativo.

Entende-se que não é fácil estimular a participação dos cooperados na gestão da cooperativa, porém o quarto princípio que norteia a cooperativa e o comportamento dos cooperados é de **Autonomia e independência**. De acordo com o ponto de vista dos cooperados, perguntou-se se há *conhecimento sobre os acordos firmados pela Cooperativa com outras organizações (bancos, órgãos públicos, etc.)*, houve um índice de 46% de aprovação, e 39% referente ao *controle sobre os acordos da Cooperativa com outras organizações*, conforme apresentado na Tabela 04.

Tabela 04 – Autonomia e Independência

	DT	D	N	C	CT
4.1 - Conhecimento sobre os acordos firmados pela Cooperativa com outras organizações (bancos, órgãos públicos, etc.)	17%	2%	11%	24%	46%
4.2 - Controle sobre os acordos da Cooperativa com outras organizações	17%	2%	20%	22%	39%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

Ao tomar suas próprias decisões referente aos caminhos que deseja trilhar, democraticamente, sem interferência externa, a cooperativa é considerada uma instituição autônoma, controlada por todos os seus membros, buscando atuar com a ajuda mútua e a gestão democrática. O princípio de autonomia e independência está diretamente relacionado com o da gestão democrática, pois possibilita que a participação do associado nas decisões não seja direcionada por entidades externas à cooperativa (MACHADO, 2006).

Diante disso, esse princípio assegura a autonomia da própria cooperativa enquanto organização, onde todas as ações realizadas pela cooperativa não devem criar vínculos ou obrigações que limitem suas decisões.

O quinto princípio cooperativo é **Educação, formação e informação** que rege as cooperativas na promoção da educação e da formação dos seus membros e colaboradores. Ao serem perguntados *a Cooperativa disponibiliza informações aos cooperados sobre produtos, serviços e obrigações como cooperados*, obteve-se 43% de índice de aprovação nas respostas por parte dos cooperados, podendo constatar que a cooperativa vem proporcionando educação e formação aos seus cooperados, de acordo com a Tabela 05.

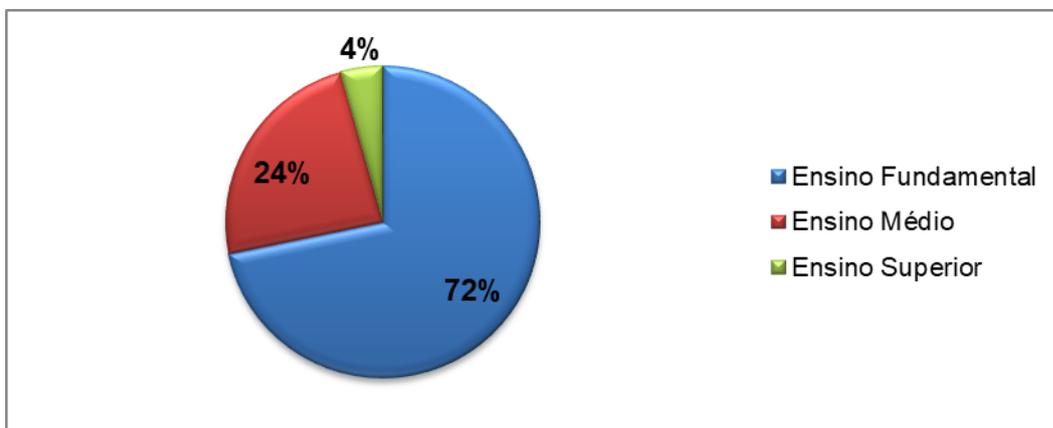
Tabela 05 – Educação, formação e informação

	DT	D	N	C	CT
5.1 - A COOPERATIVA Y proporciona cursos, reuniões, e palestras para seus cooperados sobre as vantagens da cooperação	4%		18%	15%	63%
5.2 - A Cooperativa disponibiliza informações aos cooperados sobre produtos, serviços e obrigações como cooperados	9%	13%	9%	26%	43%
5.3 - Tenho conhecimento sobre os valores e princípios da COOPERATIVA Y	11%	13%	9%	22%	45%
5.4 - Tenho conhecimento sobre as regras e normas da COOPERATIVA Y	11%	13%	9%	22%	45%
5.5 - A Cooperativa repassa inovações aos cooperados	28%	5%	2%	15%	50%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

É possível corroborar o índice acima visto com a questão da escolaridade, onde 72% dos cooperados possuem ensino fundamental (GRÁFICO 08), enfatizando que este princípio deve ser entendido como uma condição de crescimento continuado do associado como pessoa (Educação) e como profissional (Formação), além do acesso deste cooperado a todas as informações relativas à cooperativa (Informação) (CANÇADO, 2004).

Gráfico 08 – Escolaridade



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

Nesse sentido, a Cooperativa Y busca o desenvolvimento profissional dos associados, colaboradores e cooperados, assim, é importante instituir que, das sobras que eventualmente tiver a cooperativa, parte seria destinada ao fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES), contribuindo com a formação e crescimento das partes envolvidas.

Contudo, quando questionados a *Cooperativa repassa inovações aos cooperados*, visualizou-se um índice de 28% de reprovação, ou seja, a relação da “cooperativa para dentro”, com os cooperados, acontece concomitantemente à relação da “cooperativa para fora”, com os mercados. Neste sentido, a gestão da Cooperativa Y deve garantir a participação dos cooperados nas instâncias deliberativas, proporcionando acesso às informações e inovações da cooperativa para o melhor conhecimento dos cooperados.

Silva et al. (2004) destacam que um grande esforço se realiza para revitalização das práticas cooperativas, sobretudo no que diz respeito à formação do seu quadro social e à capacitação dos seus dirigentes e cooperados. Desta forma,

para que qualquer organização possa produzir produtos e serviços competitivos, as mudanças organizacionais e a inovação são uma necessidade absoluta para um bom desempenho. Portanto, muitas empresas investem fortemente em inovação, mas é importante alertar que esta não é a única maneira de alcançar a inovação (NACINOVIC; GALETIC; CAVLEK, 2010).

O princípio da educação, formação e informação na cooperativa, quando bem aplicado é o principal instrumento para o sucesso de uma organização cooperativista. A inovação é uma necessidade para as cooperativas, estas vivem um momento de transformações rápidas, em que o avanço tecnológico dita o rumo e também o ritmo dos acontecimentos, essa complexidade é o que torna necessário buscar a inovação, em todos os aspectos, inclusive no que se refere à gestão, educação, formação e informação entre cooperativa e cooperado diante do mercado.

O sexto princípio é o de intercooperação, segundo o qual as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus associados e dão mais força ao movimento cooperativo com trabalho em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais (VALADARES, 2002). Para compreender este princípio, foi perguntado aos cooperados “*ocorrem ações com outras cooperativas em busca de vantagens para os cooperados*”, enfatizando que a intercooperação pode agregar para o sistema, estimulando as cooperativas a trabalharem em conjunto, isso é visto no item 6.2 obtendo um índice de aprovação de 54%, de acordo com a Tabela 06.

Tabela 06 – Intercooperação

	DT	D	N	C	CT
6.1 - Existe integração da COOPERATIVA Y com a OCERGS	4%		2%	7%	87%
6.2 - Ocorrem ações com outras cooperativas em busca de vantagens para os cooperados	11%	7%	11%	17%	0, 54
6.3 - A COOPERATIVA Y busca inovações em outras cooperativas para melhorias	13%	4%	4%	18%	61%
6.4 - Existe comunicação e integração com outras cooperativas	13%		9%	17%	61%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

Já para as questões a *COOPERATIVA Y busca inovações em outras cooperativas para melhorias* e “*existe comunicação e integração com outras cooperativas*”, em ambas 61% concordam totalmente que a cooperativa busca inovar em melhorias a partir de experiências e informações com outras cooperativas, bem como há considerável comunicação e integração entre as cooperativas.

A intercooperação, após a formação da cooperativa é considerada passo chave para as cooperativas se organizarem e contribuírem entre si e também com empresas do mercado e tem como objetivo favorecer o negócio da cooperativa em prol dos associados. Diante disso, a intercooperação pode acontecer simplesmente através de trocas de informações e experiências, ou ainda através da compra e/ou vendas em comum, principalmente entre cooperativas do mesmo ramo.

4.2.3 A percepção dos cooperados quanto a sustentabilidade social

A sustentabilidade das organizações cooperativas e do próprio sistema ambiental, de acordo com Louette (2007) tornou-se uma fórmula para expressar a necessidade de manter o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental. Consoante a isso, o sétimo princípio cooperativo tem forte ligação com a sustentabilidade social, onde as cooperativas, sendo organizações constituídas de pessoas, tendem a estar vinculadas estreitamente à comunidade, ou seja, é o princípio do **Interesse pela comunidade**.

Através de suas ações as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Consoante a isso, o tema sustentabilidade já não é uma novidade na gestão de cooperativas, mas ainda existem dificuldades na compreensão e aplicação de seus conceitos em relação aos aspectos materiais dos negócios para que sirva como uma ferramenta para a perenidade da organização e para a criação de valor compartilhado (ECCLES; SERAFEIM, 2013; ALTER, 2007). Sendo assim, as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos membros (VALADARES, 2002), que a partir disso dá sentido ao interesse pela comunidade.

Verifica-se que houve o surgimento de uma concepção mais democrática ao cooperativismo, objetivando que as cooperativas se insiram na comunidade, com o pensamento de que não é possível ser uma cooperativa excepcional sediada em

uma comunidade problemática (ILHA, 2008). Sabe-se que, atualmente, as cooperativas possuem uma função social muito maior do que somente buscar satisfazer o interesse de seus sócios, o interesse pela comunidade é fundamental para a manutenção e crescimento das cooperativas.

Para buscar compreender os índices de aprovação nas questões voltadas no interesse na comunidade, é necessário, inicialmente, apresentar o gráfico 09 onde aponta que 78% dos cooperados acredita serem adequadas as ações da cooperativa com relação a comunidade.

Gráfico 09 – Ações da cooperativa com relação a comunidade



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

Todavia não é prioridade por boa parte das cooperativas, às vezes por falta de recursos para este fim, o investimento em ações voltadas para a comunidade. Para entender o ponto de vista dos cooperados em relação a este princípio, questionou-se diversas perguntas voltadas ao interesse pela comunidade, conforme é apresentado na Tabela 07.

Tabela 07 – Interesse pela comunidade

	DT	D	N	C	CT
7.1 - Existe preocupação da COOPERATIVA Y com as questões sociais da comunidade local	7%	11%	4%	17%	61%
7.2 - Existe preocupação da CAMPAL com o desenvolvimento sustentado da região	4%	15%	11%	18%	52%
7.3 - Ocorre apoio da Cooperativa para atividades e	17%		24%	7%	52%

projetos da comunidade local					
7.4 - A Cooperativa contribui para a geração de emprego e renda			15%	4%	89%
7.5 - Existe abertura de espaço de trabalho para jovens (estágios)			7%	17%	76%
7.6 - Ocorre o estímulo à participação das mulheres (cooperadas, funcionárias, gestão)			15%	13%	72%
7.7 - Contribui para a redução do impacto ambiental (redução de resíduos, reciclagem)	15%	4%	9%	2%	70%
7.8 - Incentiva o retorno e controle de embalagens e produtos vendidos aos cooperados (produtos químicos, lâmpadas)	17%	4%	7%	7%	65%
7.9 - Você é orientado a trazer de volta as embalagens usadas	22%	4%	4%	15%	55%
7.10 - A cooperativa tem preocupação com a natureza, emissão de poluentes, utilização de energia	15%	17%	7%	4%	57%
7.11 - Você recebe informação ambiental clara e precisa sobre os produtos, serviços e atividades da cooperativa	18%	15%	4%	9%	54%
7.12 - Existe a opção por produtos (insumos) com menor impacto ambiental	11%	15%	17%	13%	44%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

A partir da Tabela 07, observa-se que alguns índices merecem maior atenção, havendo um decréscimo da aprovação conforme as perguntas foram sendo realizadas, do índice de 89% a 44%. Quando questionados se a *Cooperativa contribui para a geração de emprego e renda*, 89% dos cooperados concordaram totalmente. Neste contexto, é possível observar que a Cooperativa Y tem um papel social muito importante na comunidade, contribuindo economicamente para a geração de emprego e renda. Manfio (2011) afirma que a Cooperativa Y permitiu que o campo se desenvolvesse e se modernizasse, além de proporcionar mais empregos e renda na cidade onde se localiza e nas outras cidades da região onde tem filiais instaladas da cooperativa.

Consoante a isso, Bialoskorski Neto (2004) comenta que a organização cooperativa é diferente “[...] das empresas que apenas visam o lucro nos mercados, pois gera empregos, desenvolvimento econômico e procede na geração e distribuição de renda, o que as outras empresas não fazem com eficiência. Na

pergunta seguinte, *existe abertura de espaço de trabalho para jovens (estágios)*, houve um índice de 76% de aprovação, o que leva a supor que as ações da cooperativa, voltadas para o público jovem, são primordiais para o futuro da Cooperativa Y..

Nesse sentido, a cooperativa está contribuindo para a formação dos jovens, porém, não basta trazer os jovens para a cooperativa, mas é importante compreender o que Spanevello (2011) aponta como imperativo: entender como esses jovens percebem a cooperativa e de que forma esta poderá efetivamente tornar se uma extensão das propriedades rurais de seus cooperados.

Na visão de Rodrigues e Silva (2015), as mulheres adotam um estilo de liderança participativa mais rapidamente do que as suas contrapartes do gênero masculino. Diante disso, a pergunta *ocorre o estímulo à participação das mulheres (cooperadas, funcionárias, gestão)*, houve um índice de aprovação de 72%, apesar de apenas 37% dos sujeitos pesquisados serem do gênero feminino, a Cooperativa Y vem estimulando a participação das mulheres em suas ações e projetos. Ainda, “há competências que diferenciam o estilo de gestão feminina, como o multiprocessamento de informações, maior flexibilidade e habilidade de enxergar as pessoas como um todo, e não apenas no âmbito profissional” (FLEURY, 2013, p. 48).

Assim sendo, adotar uma gestão socialmente responsável implica, necessariamente, atuar na busca de benefícios para os cooperados, associados e comunidade, bem como para o meio ambiente. Qualquer organização sujeita a problemas ambientais deve se preocupar com a sustentabilidade, cujos objetivos devem compreender atos que minimizem os impactos no meio ambiente desde o momento da produção até o tratamento final com clientes.

Diante disso, indagou-se aos cooperados se a cooperativa *contribui para a redução do impacto ambiental (redução de resíduos, reciclagem)*, onde 70% dos cooperados concordam totalmente, corroborando com este índice, o gráfico 10 apresenta o ponto de vista dos cooperados em relação as ações da Cooperativa Y em prol do meio ambiente, sendo que 85% consideram serem adequadas (GRÁFICO 10).

Gráfico 10 – Ações da cooperativa com relação ao meio ambiente.



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

Enfatizando a importância das ações para a redução do impacto ambiental, com a diminuição de resíduos e projetos de reciclagem, as cooperativas devem ter maior atuação visando a preservação ambiental, além disso, quanto antes as organizações estabelecerem o meio ambiente como o principal desafio da organização e também como um elemento de diferencial competitivo, maior será a probabilidade de sobrevivência no mercado. Já na ideia de Nascimento, Lemos e Mello (2008), o principal objetivo da sustentabilidade é gerar, por parte da organização, uma relação ética e de qualidade de vida com a comunidade e, principalmente, com o meio ambiente.

Para atingir os princípios e valores cooperativos, a Cooperativa Y está sempre em busca de se inserir nas questões sociais, econômicos e ambientais que envolvem a comunidade, bem como seu papel enquanto agente de transformação. Desta maneira, são adotados mecanismos de gestão integrada e de controle compartilhado valorizando a dinâmica de sistema, fortalecendo e ampliando a sustentabilidade e o próprio cooperativismo, a partir da intercooperação.

Consoante a isso, uma das perguntas abordadas junto aos entrevistados foi *“você recebe informação ambiental clara e precisa sobre os produtos, serviços e atividades da cooperativa, colocando o índice de 54% de aprovação. Isso demonstra que, apesar de os cooperados acreditarem que a cooperativa contribui com a redução do impacto ambiental e suas ações são adequadas, os próprios cooperados não recebem informações acerca disso, o que dificulta o engajamento dos mesmos em prol da sustentabilidade social.*

Neste contexto, é importante que a Cooperativa possa rever algumas diretrizes e políticas adotadas pela cooperativa voltadas ao princípio da educação, formação e informação aos seus cooperados e comunidade, visto que a sustentabilidade é um pilar da governança das cooperativas, envolvendo todos os seus públicos de relacionamento. Logo, todos os processos, produtos, serviços devem tomar por base o conceito de Sustentabilidade, inserindo-o em suas políticas, regulamentos e orientações específicos.

A partir disso, é possível observar a percepção dos cooperados por meio da análise das ações com base nos princípios cooperativos, bem como na sustentabilidade. Contudo, é necessário relacionar estes princípios com a sustentabilidade social, se existe influencia e quais as formas viáveis de melhorias que podem contribuir com a sustentabilidade futura da cooperativa.

4.2.4 A relação entre os princípios cooperativos e a sustentabilidade social

Por meio da análise dos princípios que norteiam a organização cooperativa, é necessário compreender a relação destes com a sustentabilidade social, visando entender como a cooperativa se insere frente as questões sociais, econômicas e ambientais e qual o seu papel junto aos seus cooperados, associados comunidade e meio ambiente.

O Cooperativismo é um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus princípios são: adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação, interesse pela comunidade (STEFANO; ZAMPIER; GRZESZCZESZYN, 2006). Esse conceito possui convergência com o conceito de sustentabilidade no qual o desenvolvimento econômico e o bem-estar social aliam-se à preservação dos recursos ambientais e assim propiciam um “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 42).

Portanto, percebe-se essa relação entre sustentabilidade e cooperativismo, porém, pouco se sabe a respeito dos estudos que têm retratado em conjunto estes

temas. Diante disso, as organizações cooperativas vêm inserindo em suas políticas e diretrizes esses conceitos com mais clareza, pretendendo compatibilizar o crescimento a um padrão que se mostre sustentável procurando respeitar os limites naturais e as liberdades substantivas dos indivíduos (SEN, 2000).

Logo, as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, seu principal objetivo é viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado, por isso, o tamanho da organização também influencia diretamente o processo de sustentabilidade, pois quanto maior a organização, teoricamente, maior o número de recursos a serem aplicados nas políticas de sustentabilidade e implantação de estratégias modernas e inovadoras.

A partir dos dados, percebe-se que o grau de sustentabilidade da cooperativa está muito vinculado à dimensão econômica, fato relativamente normal no meio empresarial, tendo em vista que a sobrevivência no mercado é sua primeira condição de existência. A relação entre os princípios cooperativos com a sustentabilidade social é significativa, em virtude de esses princípios estarem diretamente ligados ao comportamento e atitudes das partes envolvidas.

A Cooperativa Y tem focado as ações sociais no âmbito de seus cooperados, buscando melhorar as condições das comunidades nas quais os mesmos estão inseridos. Assim, a sustentabilidade social pode ser tomada como a capacidade de as organizações alavancarem seu capital econômico, social e ambiental a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, observou-se no decorrer da pesquisa que a sustentabilidade social só será efetiva, de forma eficiente e eficaz, quando os cooperados, associados, comunidade compreenderem a atuação da cooperativa a partir de ações responsáveis e pontuais, assumindo o compromisso em fortalecer e ampliar seu papel enquanto agente transformador, não individualmente, mas no coletivo. Portanto, a sustentabilidade social remete ao estímulo da igualdade e à participação de todos os grupos sociais na construção e manutenção do equilíbrio do sistema, compartilhando direitos e responsabilidades (GREENWOOD, 2007).

Em vista disso, os princípios cooperativos devem guiar o comportamento e ações das cooperativas em prol da sustentabilidade do negócio, a adesão livre e voluntária é quando as pessoas estão dispostas a aceitar responsabilidades e desafios, a gestão democrática é ligada participação ativa de homens e mulheres no estabelecimento de políticas e na tomada de decisões junto a cooperativa.

A participação econômica dos membros é distribuir equitativamente o capital social da cooperativa, todos têm parte tanto quanto direitos e deveres, e quando há sobras ter o planejamento e destinar estas sobras em propósitos que sejam necessários e importantes para a comunidade e meio ambiente. A autonomia e independência é receber ajuda de outras entidades e governo, mas ao mesmo tempo manter sua origem preservada para o objetivo comum entre os sócios, tendo o controle democrático da entidade.

Um dos princípios cooperativos que ganha destaque quando se fala em sustentabilidade social é o da educação, formação e informação. As atividades internas de educação e formação dos cooperados, associados, comunidade e todo público envolvido com a cooperativa é fundamental para o crescimento e desenvolvimento efetivo, entretanto, nada adiante organizar, planejar, dirigir e controlar se ninguém conhece as ações e projetos que a cooperativa vem buscando inovar.

Para Springett (2005), quando se trata de educação para a sustentabilidade, o foco deve sair do “o quê” para o “como” desenvolver estratégias de gestão socioeconômica-ambiental, transformando os discursos voltados ao “que os negócios devem fazer” para aqueles que questionam “o que os negócios devem ser”. Consoante a isso, a informação é fator crucial para a sustentabilidade social, a partir dela o engajamento das partes interessadas torna-se um diferencial competitivo no mercado cooperativo.

A intercooperação entre cooperativas é uma visão estratégica, nenhum indivíduo ou organização cresce sozinha, é partir da integração e inter-relação que os seus sócios e cooperados fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntos, e de forma sistêmica, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. E por último o interesse pela comunidade, este é o principal fator que liga o cooperativismo com a sustentabilidade, pois as cooperativas devem trabalhar em prol da sustentabilidade, através de diretrizes e políticas aprovadas pelos membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto as suas comunidades.

Este princípio apresenta-se como uma evolução do cooperativismo, pelo fato de as cooperativas trabalharem em prol do desenvolvimento sustentado de suas comunidades, mediante políticas aprovadas por seus membros. Entretanto, é importante ressaltar que não se deve limitar as ações cooperativas no sentido de

estimular a melhoria das vidas dos sócios, mas, igualmente, inseri-los em um processo de ultrapassar os limites da própria organização. Assim, num primeiro momento, pode-se entender que as cooperativas foram criadas para atender o interesse particular dos sócios, no entanto, no decorrer dos anos e com a evolução das sociedades, esse entendimento sofreu transformações.

Para Krajnc e Glavic (2005), o aspecto social da sustentabilidade, se analisado sob o prisma das organizações cooperativas, refere-se às atitudes em relação aos próprios colaboradores, fornecedores, contratados e consumidores, além de impactos na sociedade em geral e no meio ambiente. Diante disso, os cooperados adquiriram conhecimento e visão crítica, mas ainda enfrentam dificuldades para alinhar os princípios cooperativos com a sustentabilidade social, considerando as competências, ainda que a iniciativa gere à internalização da sustentabilidade nas ações, diretrizes e projetos cooperativos.

Dessa forma, deve-se implantar Diretrizes de Sustentabilidade Social na Cooperativa Y que visem à efetiva implantação desta Política, alinhados às necessidades da cooperativa quanto aos associados, dirigentes, gestores, colaboradores, parceiros, fornecedores, sociedade e meio ambiente.

Quanto aos associados e cooperados, os mesmos devem buscar participar dos projetos de educação, cultura, saúde, desenvolvidos e/ou acompanhados pela cooperativa, participar das ações de Sustentabilidade promovidas, e quanto aos dirigentes e conselheiros, os mesmos devem liderar a implantação desta Política e fomentar as ações de Sustentabilidade junto aos associados e cooperados. Ainda, ampliar espaços de parceria e de intercooperação com as demais cooperativas, visando abranger os demais sistemas cooperativos e a própria sociedade, contribuindo com a sustentabilidade da vida e do planeta.

Portanto, é necessário implantar a Política de Sustentabilidade Social baseada em dois principais aspectos: incorporar a Sustentabilidade Social nos processos de gestão da cooperativa e relacionar as ações de Sustentabilidade aos objetivos profissionais dos colaboradores, associados e cooperados, participando de ações de Sustentabilidade planejadas e promovidas pela Cooperativa Y.

4.3 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO

A Análise de Correlação é uma ferramenta importante para as diferentes áreas do conhecimento, não somente como resultado final, mas como uma das etapas para a utilização de outras técnicas de análise. Nesse sentido, a partir da Tabela 08 encontra-se os cruzamentos entre as variáveis contendo a análise dos dados.

Tabela 08 – Relação entre idade e sexo

Idade	Feminino		Masculino		Total Geral	
	n	%	n	%	n	%
18 a 23	0	0,00%	1	2,17%	1	2,17%
24 a 29	0	0,00%	1	2,17%	1	2,17%
30 a 35	2	4,35%	2	4,35%	4	8,70%
36 a 41	0	0,00%	2	4,35%	2	4,35%
42 a 47	1	2,17%	1	2,17%	2	4,35%
48 a 53	2	4,35%	1	2,17%	3	6,52%
54 a 59	6	13,04%	11	23,91%	17	36,96%
Mais de 60	6	13,04%	10	21,74%	16	34,78%
Total Geral	17	36,96%	29	63,04%	46	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

Observa-se uma concentração maior na faixa etária de 54 a 59 anos e acima de 60 anos, sendo destes sua maioria do sexo masculino. Diante disso, os homens têm propensão maior a participação em cooperativas, devido ao vínculo que eles têm de muitos anos com a Cooperativa e sua atividade principal. Além da atividade agrícola que é predominantemente masculina.

Tabela 09 – Relação entre estado civil e sexo

Estado civil	Feminino		Masculino		Total Geral	
	n	%	n	%	n	%
Casado	16	34,78%	23	50,00%	39	84,78%
Divorciado	0	0,00%	2	4,35%	2	4,35%
Outro	1	2,17%	1	2,17%	2	4,35%
Solteiro	0	0,00%	3	6,52%	3	6,52%
Total Geral	17	36,96%	29	63,04%	46	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

Nota-se na tabela 09 que tanto os homens quanto as mulheres são pessoas casadas, assim há possibilidade de a família ter participação efetiva na cooperativa, ou seja, 84,78% são casados.

Tabela 10 – Relação entre escolaridade e sexo

Escolaridade	Feminino		Masculino		Total Geral	
	n	%	n	%	n	%
Ensino Fundamental	12	26,09%	21	45,65%	33	71,74%
Ensino Médio	4	8,70%	7	15,22%	11	23,91%
Ensino Superior	1	2,17%	1	2,17%	2	4,35%
Total Geral	17	36,96%	29	63,04%	46	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

A escolaridade é um dos fatores mais importantes junto aos Cooperados, porém visualiza-se que 71,74% possuem apenas ensino fundamental, o que pode dificultar a participação em cursos e capacitações oferecidos pela cooperativa (TABELA 10). Já na Tabela 11, o cruzamento entre classe social e sexo mostra que 65,22% estão na classe C.

Tabela 11 – Relação entre classe social e sexo

Classe	Feminino		Masculino		Total Geral	
	n	%	n	%	n	%
A	3	6,52%	1	2,17%	4	8,70%
B	0	0,00%	1	2,17%	1	2,17%
C	11	23,91%	19	41,30%	30	65,22%
D	2	4,35%	7	15,22%	9	19,57%
E	1	2,17%	1	2,17%	2	4,35%
Total Geral	17	36,96%	29	63,04%	46	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

É necessário observar que, poucos cooperados estão em classes melhores, o que pode ser preocupante futuramente. Nesse sentido, a grande maioria encontra-se entre classe C e D.

Tabela 12 –Relação da COOPERATIVA Y com os associados e sexo

Relação da COOPERATIVA Y com os associados	Feminino		Masculino		Total Geral	
	N	%	n	%	n	%
Excelente	7	15,22%	16	34,78%	23	50,00%
Ótimo	5	10,87%	8	17,39%	13	28,26%
Ruim	4	8,70%	5	10,87%	9	19,57%
Muito Ruim	1	2,17%		0,00%	1	2,17%
Total Geral	17	36,96%	29	63,04%	46	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

Na Tabela 12, pode-se perceber que 50% considera sua relação excelente entre associados e gênero, pois como visto anteriormente são pessoas com maior idade e experiência junto à cooperativa, possuindo um relacionamento de confiança entre as partes.

Quadro 02 – Confiabilidade da escala

Alfa de cronbach	
A	0,971

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Tabela 13 – Correlação entre os construtos do instrumento

Construtos		ALV	GD	PE	AI	EFI	I	SSIC
ALV	ρ	1,000	0,150	-0,400	-0,043	0,007	0,034	-0,097
	p-valor	0,000	0,319	0,006	0,776	0,962	0,821	0,523
GD	ρ	0,150	1,000	0,598	0,717	0,769	0,731	0,559
	p-valor	0,319	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
PE	ρ	-,400**	0,598	1,000	0,693	0,683	0,618	0,642
	p-valor	0,006	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
AI	ρ	-0,043	0,717	0,693	1,000	0,845	0,889	0,517
	p-valor	0,776	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
EFI	ρ	0,007	0,769	0,683	0,845	1,000	0,739	0,806
	p-valor	0,962	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
I	ρ	0,034	0,731	0,618	0,889	0,739	1,000	0,485
	p-valor	0,821	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001
SSIC	ρ	-0,097	0,559	0,642	0,517	0,806	0,485	1,000
	p-valor	0,523	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000

ALV=Adesão Livre e Voluntária

GD=Gestão Democrática

PE=Participação Econômica
 AI=Autonomia e Independência
 EFI=Educação formação e informação
 I=Intercooperação

SSIC=Sustentabilidade Social Interesse pela Comunidade

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa (2019).

A correlação entre “Adesão Livre e Voluntária” e “Participação Econômica” é negativa, fraca e significativa ($\rho=-0,400$; p-valor=0,006).

A correlação entre “Gestão Democrática” e “Participação Econômica” ($\rho=-0,598$; p-valor=0,000), bem como entre “Sustentabilidade Social Interesse pela Comunidade” ($\rho=0,559$; p-valor=0,000) é positiva, moderada e significativa, o que significa que à medida em que aumenta o desempenho da COOPERATIVA Y em relação à participação econômica, maior é o seu desempenho na Gestão Democrática.

A correlação entre “Gestão democrática” e “Autonomia e Independência” ($\rho=0,717$; p-valor=0,000), “Educação formação e informação” ($\rho=0,769$; p-valor=0,000) e “Intercooperação” ($\rho=0,731$; p-valor=0,000) é positiva, forte e significativa, o que significa que quanto maior o desempenho da COOPERATIVA Y em relação à Gestão Democrática, maior o desempenho nos respectivos itens.

A correlação entre “Participação Econômica”, “Autonomia e Independência” ($\rho=0,693$; p-valor=0,000), “Educação formação e informação” ($\rho=0,683$; p-valor=0,000), “Intercooperação” ($\rho=0,618$; p-valor=0,000) e “Sustentabilidade Social Interesse pela Comunidade” ($\rho=0,642$; p-valor=0,000) é positiva, forte e significativa, o que significa que à medida que aumenta o desempenho da COOPERATIVA Y em relação à Participação Econômica, maior o desempenho da empresa frente aos demais itens.

A correlação entre “Autonomia e Independência”, “Educação formação e informação” ($\rho=0,845$; p-valor=0,000) e “Intercooperação” ($\rho=0,889$; p-valor=0,000) é positiva, íntima forte e significativa, o que significa que quanto maior o desempenho da empresa frente à Autonomia e Independência, maior o desempenho na Educação formação e informação e na Intercooperação. Pode-se observar que a correlação entre “Autonomia e Independência” e “Sustentabilidade Social Interesse pela Comunidade” ($\rho=0,517$; p-valor=0,000) é moderada, positiva e significativa.

A correlação entre “Educação, formação e informação” e “Intercooperação” ($\rho=0,739$; $p\text{-valor}=0,000$) é positiva, forte e significativa e entre “Educação, formação e informação” e “Sustentabilidade Social Interesse pela Comunidade” ($\rho=0,806$; $p\text{-valor}=0,000$) é íntima forte, positiva e significativa o que significa que à medida que aumenta o desempenho da empresa frente à Educação, formação e informação, aumenta o desempenho nos demais aspectos. Pode-se observar que a correlação entre “Sustentabilidade Social Interesse pela Comunidade” e “Intercooperação” é moderada, positiva e significativa.

Com os avanços e transformações na sociedade, bem como no sistema cooperativo, surgem oportunidades e desafios voltados a sustentabilidade social, indicando o aprimoramento contínuo das políticas, programas, gestão, projetos e ações voltados nesta área. Nesse sentido, os princípios cooperativos mostram que as cooperativas, além de suas particularidades como ajuda, possuem um compromisso com a comunidade, melhoram a qualidade de vida e atuam como agentes de mudança humana, econômica e social.

A ênfase desse estudo trouxe como principais resultados a importância da Cooperativa Y possui para a comunidade, buscando elevar a qualidade dos serviços prestados bem como se inserir de forma efetiva em ações e projetos de desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Por fim, por meio da análise foi possível destacar que 81% dos clientes cooperados entrevistados concordam com o princípio da Adesão Voluntária e Livre, já o princípio da Intercooperação aparece com 65,75% de concordância, seguido pelo Interesse pela Comunidade com 62,25%. No quarto princípio Gestão Democrática ficou com 60,1%, na Participação Econômica dos Membros alcançou 58,3% de concordância, o princípio da Educação, formação e Informação teve 49,2%, e o último princípio Autonomia e Independência obteve 42,5% de concordância.

Concluindo, a Cooperativa Y obteve destaque nos princípios voltados a comunidade, associados e entre cooperativas, verificando que a cooperativa tem um papel atuante no que se refere ao desenvolvimento econômico e social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto cooperativista, as ações, além de se sustentarem por meio do econômico, visam ao social e essa discussão coloca os seus princípios no mesmo patamar de investimento em sustentabilidade social, que abriu para a necessidade de conduzir esta pesquisa e observar como estas relações são estabelecidas no contexto de uma cooperativa que investe em tais ações.

Portanto, para a Cooperativa Y, a sustentabilidade social deve ser baseada em princípios e valores do cooperativismo, onde a manutenção do negócio depende da utilização de produtos e serviços, da satisfação do associado, do cooperado, da comunidade e do meio ambiente, contribuindo para o seu desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Diante disso, a partir dos objetivos propostos, foi possível identificar algumas ações de sustentabilidade social da Cooperativa Y junto aos seus associados, cooperados e comunidade, tais como formação de lideranças para associados, aprendiz cooperativo, palestras DST, curso de atualização para manejo da soja, campanha de doação de sangue e plaquetas, arrecadação e entrega de donativos para o Lar das Vovozinhas e Hospital e movimentos sociais para redução do preço dos combustíveis.

Os associados que declararam ir à cooperativa mensalmente são os que apresentam maior concordância de que as cooperativas devem desenvolver projetos e ações em prol da comunidade com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças, etc.

A maioria dos entrevistados apresentou grande concordância com as assertivas de que as cooperativas devem atuar na educação de seus associados, de forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas, e de que as cooperativas devem desenvolver projetos em parceria com a comunidade, com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças, etc., indicando elevada adesão ao princípio de educação, formação e informação.

Apesar de boa parte dos cooperados entender que a Cooperativa Y possui ações para divulgar os princípios cooperativistas, as visões dos respondentes quanto à eficiência e eficácia dessas ações ficam bastante divididas, prevalecendo a

opinião negativa, que atenta para a necessidade de melhores práticas neste sentido, objetivando informar e divulgar os cooperados e associados sobre tais ações.

Os cooperados acreditam haver baixa participação nas ações da cooperativa, porém a relação dela com os associados, comunidade, meio-ambiente e fornecedores é considerada positiva no seu ponto de vista. Consoante a isso, é possível observar que a Cooperativa Y tem um papel social muito importante na comunidade, contribuindo economicamente para a geração de emprego e renda.

A cooperativa vem contribuindo para a formação dos jovens, porém, não basta trazer os jovens para a cooperativa, mas é importante como esses jovens percebem a cooperativa e de que forma esta poderá efetivamente tornar-se uma extensão das propriedades rurais de seus cooperados.

Em relação às ações para a redução do impacto ambiental, de acordo com os cooperados, a cooperativa tem investido em projetos e práticas para redução de resíduos e incentivo à reciclagem. Para atingir os princípios e valores cooperativos, a Cooperativa Y está sempre em busca de se inserir nas questões sociais, econômicas e ambientais que envolvem a comunidade, bem como seu papel enquanto agente de transformação. Desta maneira, são adotados mecanismos de gestão integrada e de controle compartilhado valorizando a dinâmica de sistema, fortalecendo e ampliando a sustentabilidade e o próprio cooperativismo, a partir da intercooperação.

A partir dos dados, percebe-se que o grau de sustentabilidade da cooperativa está muito vinculado à dimensão econômica, fato relativamente normal no meio empresarial, tendo em vista que a sobrevivência no mercado é sua primeira condição de existência. A relação entre os princípios cooperativos com a sustentabilidade social é significativa, em virtude de esses princípios estarem diretamente ligados ao comportamento e atitudes das partes envolvidas.

A Cooperativa Y tem focado as ações sociais no âmbito de seus cooperados, buscando melhorar as condições das comunidades nas quais os mesmos estão inseridos. Assim, a sustentabilidade social pode ser tomada como a capacidade de as organizações alavancarem seu capital econômico, social e ambiental a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Com o objetivo de propor diretrizes para a sustentabilidade social da cooperativa, tendo em vista a sua sustentabilidade futura, sugeriu-se implantar uma Política de Sustentabilidade Social, bem como com os valores e princípios

cooperativos, baseada na gestão de risco socioambiental, diálogo com partes interessadas, transparência, uso dos recursos financeiros de modo consciente, produtos e serviços de forma a contribuir para a inclusão financeira e desenvolvimento local.

Também é possível instituir um Comitê de Sustentabilidade, com o intuito de acompanhar, sugerir, monitorar, promover e divulgar os projetos relacionados à Sustentabilidade e os desdobramentos nos demais interesses da Cooperativa Y. Para que isso seja implantado, é necessário ter processos e procedimentos adequados para a devida implementação, monitoramento, avaliação e controle das ações e diretrizes, bem como garantir a divulgação a todos os envolvidos.

Propõe-se realizar cursos de formação para o desenvolvimento social dos gestores das unidades e setores da Cooperativa Y, bem como, elaboração de estratégias para que os associados não ativos e pouco ativos ou regular participem de forma efetiva das ações. Além disso, sugere-se promover ações para envolver maior número de jovens nas ações.

Nesse sentido, a importância de se implementar a Gestão de Risco Socioambiental sendo uma das alternativas de minimizar os impactos sociais e ambientais, e ainda, assegurar que ações e projetos possam ser cada vez mais sustentáveis para o negócio cooperativo.

Por fim, o relacionamento e o respeito a individualidade de cada cooperado é um dos valores chave para manter a natureza cooperativa do negócio. Logo, as cooperativas são como efetivos agentes e instrumentos de desenvolvimento, e a partir da maior inserção, investimentos e educação voltados para a sustentabilidade, geram aportes ainda mais determinantes para a sustentabilidade ambiental, econômica e social das cooperativas e da própria sociedade.

Dentre as limitações deste estudo destaca-se a não generalização dos dados e a temporalidade do mestrado que não permite aprofundamento. Para trabalhos futuros, ampliar a temática da sustentabilidade social do ponto vista teórico e a sua aplicação como construto para análise de outros formatos organizacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, C., METTERNICHT, G.,;WIEDMANN, T. **National pathways to the Sustainable Development Goals (SDGs):** A comparative review of scenario modelling tools. *Environmental Science and Policy*, 66, 199–207. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2016.09.008>, 2016.
- ALTER, K. **Social enterprise typology.** Virtue Ventures LLC, v. 12, p. 1-124, 2007.
- ALVES, A. J. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 77, p. 53-61, maio, 1991.
- ANAND, S.; SEN, A. **Human development and economic sustainability.** World Development, Oxford: Pergamon, v. 28, n. 12, p. 2029-2049, 2000.
- AZZONE, G.; BERTELE, U.; NOCI, G. **At last we are creating environ mental strategies which work.** Long Range Planning, v.30, n.4, p.562-571. 1997.
- BAUMGARTEN, M. **Conhecimento, planificação e sustentabilidade.** São Paulo em Perspectiva, v. 16, n. 3, p. 31-41, 2002.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativismo é economia social: fortalecendo a identidade cooperativa.** Um ensaio para o caso brasileiro, 2004. Disponível em: <https://www.ocb.org.br>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.
- BINDA, N.; GEHLEN, I. **Construção de sustentabilidade em cooperativas agrícolas.** In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 6., Belém, 2012. Anais. Belém: ANPPAS, 2012.
- BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil.**
- BÜTTENBENDER, P. I. **Gestão de cooperativas.** Fundamentos, estudos e práticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
- CAPELEZZO, J. **Sustentabilidade nas organizações cooperativas: o caso da Cooperativa Agroindustrial Alfa – Unidade de Caxambu do Sul/SC.** 97 f. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Curso de Administração – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.
- CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama d os últimos 50 anos.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23p, Texto para discussão, n.621.
- CAMPBELL, D. A. **An Update on the United Nations Millennium Development Goals.** *Journal of Obstetric, Gynecologic & Neonatal Nursing*, 46(3), e48–e55. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jogn.2016.11.010>, 2017.

CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. **Princípios cooperativistas**: origem, evolução e influência na legislação brasileira. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANO DE COOPERATIVISMO, 3., 2004, São Leopoldo. Anais... São Leopoldo: UNISINOS, 2004. 1 CD-ROM.

CARVALHO, W. **Gestão participativa na Semco Equipamentos**: implantação e consolidação. 2010. 98f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo. Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo, 2010.

CERTO, S.S.; PETER, J.P. **Administração estratégica**: planejamento e implementação da estratégia. São Paulo: Makron Books.1993.

CHAN, E.; LEE, G. **Critical factors for improving social sustainability of urban renewal projects**. Social Indicators Research, vol. 85, n. 2, p. 243-256, 2008.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CUNHA, J. **Adaptação estratégica e gestão ambiental**: um estudo das mudanças organizacionais em uma indústria de fundição. 2008, 125 f. Dissertação - (Mestrado acadêmico em Administração) – Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2008.

CRÚZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DALE, A.; DUGUID, F.; LAMARCA, M. G.; HOUGH, P.; TYSON, P.; FOON, R. NEWELL, R.; HERBERT, Y. **Cooperatives and sustainability**: an investigation into the relationship. International Co-operative Alliance: 2013. https://ica.coop/sites/default/files/attachments/Sustainability%20Scan%202013-12-17%20EN_0.pdf. Acesso em 16 de janeiro de 2019.

DUMOND, V.R.S. **A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos**. Coletânea de artigos apresentados no I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Brasília. 2010.

ECCLES, R. G.; SERAFEIM, G. **The performance frontier**. Harvard business review, v. 91, n. 5, p. 50-60, 2013.

FERREIRA, A. B. de H. F. **Dicionário Aurélio Eletrônico** – Séc. XXI. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

FLEURY, M. T. L. **Liderança feminina no mercado de trabalho**. CE, Agora é com elas. Vol. 12. GV Executivo, 2013.

GARCÉS, J.; RÓDENAS, F.; SANJOSÉ, V. **Towards a new welfare state**: the social sustainability principle and health care strategies. Health Policy, vol. 65, n. 3, p. 210-215, 2003.

GAWLAK, A. RATZKE, F. A. **Cooperativismo**: Filosofia de vida para um mundo melhor. Curitiba: Sescop/PR-Ocepar, 2001.

GOMES, O. **Introdução ao Direito Civil**. 18. ed. 2. tir. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

GORDON, Ian. **Marketing de relacionamento**: estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre. Editora Futura. São Paulo, 2000.

GREENWOOD, M. **Stakeholder engagement**: Beyond the myth of corporate responsibility. *Journal of Business Ethics*, 74 (4), 315-327, 2007.

HIRONAKA, G. M. F. N. **A função social do contrato**. *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial*, São Paulo, v. 12, n. 45, p.141-152, jul.-set. 1988.

HOUAISS. **Grande Dicionário da língua Portuguesa, 2015**. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=percep%25C3%25A7%25C3%25A3o>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.

ILHA, P. C. S. **A cooperativa como elemento de capital social da comunidade**. *Rev. FAE*, vol. 11, n. 2, Curitiba, 2008.

ISENMANN, R.; BEY, C.; WELTER, M. **Online reporting for sustainability issues**. *Business Strategy and the Environment*, v. 16, p. 487-501, 2007. <http://dx.doi.org/10.1002/bse.597>.

HOFFMAN, A.J. **Institutional evolution and change**: environmentalism and the U.S. chemical industry. *Academy of Management Journal*. v.42, n.4, p.351-371, Aug. 1999.

KIMBERLY, J.R.; ROTTMAN, D.B. **Environment, Organization and Effectiveness**: a Biographical Approach. *Journal of Management Studies*, v.24, n.6, p.595-622, nov., 1987.

KLAES, L.S. **Cooperativismo e ensino a distância**. Florianópolis/SC. 2005. (Tese de doutorado em Engenharia de Produção). UFSC.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1996.

KRAJNC, D.; GLAVIC, P. **A model for integrated assessment of sustainable development**. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 43, n. 2, p. 189-208, 2005.

KREITLON, M. **A ética nas relações entre empresas e sociedade**: fundamentos teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. *Anais... XXVIII Encontro da ANPAD*. Curitiba: ANPAD, 2004.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: Comparação internacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LAUERMANN, J. G. et al. **Desempenho econômico-financeiro de cooperativas**: o caso do programa de monitoramento da autogestão das cooperativas agropecuárias do Paraná. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC–* Santa Maria, RS, v.3, n.6, jul./dez. 2016.

LEHTONEN, M. **The environmental–social interface of sustainable development**: capabilities, social capital, institutions. *Ecological Economics*, vol. 49, n. 2, p. 199– 214, 2004.

LÉLÉ, S.M. **Sustainable development**: A critical review. *World Development*, v.19, n.6, p.607-621, 1991.

LODI, J. B. **Sucessão e Conflito na Empresa Familiar**. São Paulo: Pioneira, 1987.

LOPES, J. R. **Cooperativas e responsabilidade social**. Disponível em: <http://ibase.br/pt/balanco-social/>. Acesso em 16 de janeiro de 2019.

LOUETTE, A. (org.). **Gestão do conhecimento**: compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. São Paulo: Antakarana Cultura Arte e Ciência, 2007.

MACHADO, M. C. F. **Gestão de Cooperativa**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Faculdade de Ciências Contábeis Fundação Visconde de Cairu., 2006.

MAIMON, D. **Passaporte verde**: Gerência ambiental e competitividade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MANFIO, V. **O papel da COOPERATIVA Y na (re) estruturação do espaço urbano de Nova Palma/RS**. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MEINEN, E.; PORT, M. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã**. Brasília: Confebras, 2014.

MELO NETO, F. de P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa**: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MIRITIZ, L. D. **A competitividade da cadeia de valor global da carne de frango**: o caso da Mais Frango Miraguai LTDA. Tese de Doutorado. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSM. Março de 2016. Disponível em http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8780. Acessado em 24 de outubro de 2017.

NACINOVIC, I.; GALETIC, L.; CAVLEK, N. **Corporate Culture and Innovation**: Implications for Reward Systems. *International Journal of Human and Social Sciences*, v. 5, n. 1, 2010.

- NASCIMENTO, F. R. do. **Cooperativa como alternativa de mudança: uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- NASCIMENTO, L.; LEMOS A.; MELLO, M. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- OECD. **Sustainable Development: Critical Issues**. Paris: OECD, 2001.
- OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Manual de gestão das cooperativas: Uma abordagem prática**. 3. Ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2006.
- OLIVEIRA, N. B. de. **Cooperativismo**. Guia Prático. 2ª Edição, 1984.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Cooperativismo: forma inicial de organização, 2016**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.
- ORSATO, R. J., GARCIA, A., MENDES-DA-SILVA, W., SIMONETTI, R., & MONZONI, M. **Sustainability index-xes: why join in? A study of the "Corporate Sustainability Index (ISE)" in Brazil**. Journal of Cleaner Production, 96, 161e170, 2015.
- PETTIGREW, A.M., FERLIE, E., M., L. **Understanding change in the NHS**. Public Administration, v. 66, p.297-317, out. 1988.
- PETTIGREW, A. **Context and action in the transformation of the firm**. Journal of Management Studies, v. 24, n.6, p.649-670. 1987.
- PINHO, D. B. (Organizadora). **Bases Operacionais do Cooperativismo**. São Paulo: CNPq, 1982.
- PORTER, M.E.; KRAEMER, M.R. **Strategy & Society the Link between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility**. Harvard Business Review, December, pp. 1-14. 2006.
- RHEE, S.; LEE, S. **The change in corporate environmental strategies: a longitudinal empirical study**. Management Decision. v. 45, n.2, p. 196-216, 2007.
- RICCIARD, L.; LEMOS R. J. **Cooperativa a Empresa do Século XXI: Como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTR, 2000.
- RODRIGUES, S. C; SILVA, G. R. da. **A liderança feminina no mercado de trabalho**. Vol. 1. Revista digital de Administração Faciplac, 2015.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SACHS, J. D. **From millennium development goals to sustainable development goals.** The Lancet, 379 (9832), 2206–2211. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0), 2012.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. **Caracterização Socioeconômica dos Municípios Gaúchos e Desigualdades Regionais.** Revista de Economia e Sociologia Rural. SOBER, Brasília, v. 39, p. 117-142, 2001.

SCHNEIDER, J. **Fidelidade societária en el contexto de la globalización: seus desafios hoje.** In: RUBIO, M. R. (Cord.). El rol de las cooperativas em um mundo globalizado. Sherbrooke, Canadá: IRECUS. 2007.

SCHWARTZ, M.; CARROLL, A. **Corporate Social Responsibility: a three-domain approach.** Business Ethics Quarterly, v.13, n.4, p. 503-530, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** 5. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SEVERO, L. S.; DELGADO, N. A.; PEDROZO, E. Á. **A emergência de “inovações sustentáveis”:** questão de opção e percepção: In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 9., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: FGV-Eaesp, Produção) – UFSC, Faculdade de Engenharia.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

SPANEVELLO, R.; DREBES, L. D.; LAGO, A. **A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural.** In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., Anais. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 14 janeiro de 2019.

SPRINGETT, D. **Education for sustainability in the business studies curriculum: a call for a critical agenda.** Business Strategy and the Environment, v. 14, p. 146-159, 2005.

STEFANO, S.R. ZAMPIER, M. A.; GRZESZCZESZYN, G. **Cooperativas: características, gestão e relevância sócio-econômica para o Brasil.** In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, 9, 2006, São Paulo. Anais... (São Paulo: [s.n.], 2006.

SZANIAWSKI, E. **Aspectos da propriedade imobiliária contemporânea e sua função social.** Revista de Direito Privado, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 126-156, jul.-set. 2000.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focados na realidade brasileira.** São Paulo: Atlas, 2002.

VALADARES, J. H. **Moderna administração de cooperativas**. Belo Horizonte, maio 2002. (Apostila FORMACOOOP – Mód.II - SESCOOP/BA, realizado em nov. 2004).

ZYLBERSZTAJN, D. **Organização de cooperativas**: desafios e tendências. Revista de Administração, São Paulo, v.29, n.3, p.23-32, jul./set. 1994.

WCED - **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**: Nosso Futuro Comum, 1987.

WINN, M.L.; ANGELL, L.C **Towards a process model of corporate greening**. In: Organization Studies. v.21, n.6, p.1119-1147, 2000.

WOOLCOCK, M. **The place of social capital in understanding social and economic outcomes**. Canadian Journal of Policy Research, vol. 2, n. 1, p. 1-17, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos, 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A

Este questionário faz parte de uma Pesquisa que tem como objetivo de identificar a sustentabilidade social na cooperativa COOPERATIVA Y. Leia atentamente as questões abaixo, não existem respostas certas ou erradas. O interesse do estudo é fundamentalmente acadêmico e suas respostas serão mantidas no anonimato.

Pesquisadores responsáveis: Mestrando Ditmar, Prof^a Dra Lucia da Rosa Gama Madruga.

PARTE I – Princípios Cooperativos e Sustentabilidade Social na COOPERATIVA Y

Informe qual a sua percepção sobre as afirmativas em relação ao desempenho da COOPERATIVA Y. Responda considerando a seguinte escala:

- (1) Discordo Totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo plenamente

1	Adesão Livre e Voluntária	1	2	3	4	5
1.1	Abertura da Cooperativa para a adesão livre e voluntária de novos cooperados					
2	Gestão Democrática	1	2	3	4	5
2.1	Consulta e diálogo com os cooperados					
2.2	Existência de espaços e/ou abertura para receber reclamações/sugestões dos cooperados					
2.3	Preocupação por parte da cooperativa quanto às reclamações e/ou sugestões recebidas					
2.4	Abertura para a participação dos cooperados nas decisões importantes da COOPERATIVA Y					
2.5	Realização com frequência de assembleias com a participação dos cooperados					
2.6	Participação dos cooperados na definição das políticas da cooperativa					

3	Participação Econômica	1	2	3	4	5
3.1	Controle da minha quota capital na Cooperativa					
3.2	Está satisfeito com a participação nas sobras da Cooperativa (Retorno)					
3.3	Está satisfeito com a destinação das sobras					
4	Autonomia e Independência	1	2	3	4	5
4.1	Conhecimento sobre os acordos firmados pela Cooperativa com outras organizações (bancos, órgãos públicos, etc.)					
4.2	Controle sobre os acordos da Cooperativa com outras organizações					
5	Educação, formação e informação	1	2	3	4	5
5.1	A COOPERATIVA Y proporciona cursos, reuniões, e palestras para seus cooperados sobre as vantagens da cooperação					
5.2	A Cooperativa disponibiliza informações aos cooperados sobre produtos, serviços e obrigações como cooperados					
5.3	Tenho conhecimento sobre os valores e princípios da COOPERATIVA Y					
5.4	tenho conhecimento sobre as regras e normas da COOPERATIVA Y					
5.5	A Cooperativa repassa inovações aos cooperados					
6	Intercooperação	1	2	3	4	5
6.1	Existe integração da COOPERATIVA Y com a OCERGS					
6.2	Ocorrem ações com outras cooperativas em busca de vantagens para os cooperados					
6.3	A COOPERATIVA Y busca inovações em outras cooperativas para melhorias					
6.4	Existe comunicação e integração com outras cooperativas					
7	Sustentabilidade Social (Interesse pela Comunidade)	1	2	3	4	5
7.1	Existe preocupação da COOPERATIVA Y com as questões sociais da comunidade local					
7.2	Existe preocupação da CAMPAL com o desenvolvimento sustentado da região					
7.3	Ocorre apoio da Cooperativa para atividades e projetos da comunidade local					
7.4	A Cooperativa contribui para a geração de emprego e renda					
7.5	Existe abertura de espaço de trabalho para jovens (estágios)					
7.6	Ocorre o estímulo à participação das mulheres (cooperadas, funcionárias, gestão)					
7.7	Contribui para a redução do impacto ambiental (redução de resíduos, reciclagem)					
7.8	Incentiva o retorno e controle de embalagens e produtos vendidos aos cooperados (produtos químicos, lâmpadas)					

7.9	Você é orientado a trazer de volta as embalagens usadas					
7.10	A cooperativa tem preocupação com a natureza, emissão de poluentes, utilização de energia					
7.11	Você recebe informação ambiental clara e precisa sobre os produtos, serviços e atividades da cooperativa					
7.12	Existe a opção por produtos (insumos) com menor impacto ambiental					

PARTE II - Dados de demográficos

1. Gênero () feminino () masculino

2. Idade

- () De 18 a 23 anos
 () De 24 a 29 anos
 () De 30 a 35 anos
 () De 36 a 41 anos
 () De 42 a 47 anos
 () De 48 a 53 anos
 () De 54 a 59 anos
 () Acima de 60 anos

3. Estado civil

- () solteiro () casado ou união estável
 () divorciado () outro

4. Grau de instrução (Completo)

- () Ensino Fundamental
 () Ensino Médio
 () Ensino Superior
 () Especialização
 () Mestrado
 () Doutorado
 () Pós-doutorado

5. Renda mensal familiar¹

- () Classe E: de R\$0,00 a de R\$1.254,00
 () Classe D: de R\$1.255,00 a R\$2.004,00
 () Classe C: de R\$2.005,00 a R\$8.640,00
 () Classe B: de R\$8.641,00 a R\$11.261,00
 () Classe A: Acima de R\$11.262,00

6. Há quanto tempo é sócio da Cooperativa Y?

- () Menos de 1 ano

¹ Classificação dada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas em 16/07/2017. Disponível em: <<http://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes/>>.

- De 1 a menos de 3 anos
- De 3 a menos de 5 anos
- De 5 a menos de 10 anos
- Mais de 10 anos

7. Você participa ativamente das ações da cooperativa (reuniões, palestras, assembleias, eventos)?

- Sou muito ativo (todos os eventos)
- Sou ativo (participo de assembleias)
- participo regularmente (somente quando necessário)
- muito pouco
- inativo (não participo de eventos)

8. Mais algum membro da sua família é sócio?

- Sim Não

9. Você considera adequadas as ações da cooperativa Cooperativa Y voltadas para a relação com:

- Os associados Sim Não
- A comunidade Sim Não
- O meio ambiente Sim Não
- Os fornecedores Sim Não

Variável	Muito ruim	Ruim	Regular	Ótimo	Excelente
Relação da Cooperativa Y com os associados					
Relação da Cooperativa Y com a comunidade					
Relação da Cooperativa Y com o meio ambiente					
Relação da Cooperativa Y com os fornecedores					

Obrigado pela sua participação!